



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE  
CENTRO DE HUMANIDADES  
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTRATÉGIAS  
METODOLÓGICAS

FERNANDO CÉSAR DE LIMA  
Orientador: Prof. Dr. Clóvis Alberto Vieira de Melo

CAMPINA GRANDE  
2021

FERNANDO CÉSAR DE LIMA

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTRATÉGIAS  
METODOLÓGICAS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Dr. Clóvis Alberto Vieira de Melo

CAMPINA GRANDE

2021

L732a Lima, Fernando César de.  
Avaliação de impacto de políticas públicas: estratégias metodológicas / Fernando César de Lima. – Campina Grande, 2021.  
82 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.  
"Orientação: Prof. Dr. Clóvis Alberto Vieira de Melo".  
Referências.

1. Política Pública. 2. Estado. 3. Indicadores Sociais. 4. Avaliação de Impacto. I. Melo, Clóvis Alberto Vieira de. II. Título.

CDU 328.181(043)

FERNANDO CÉSAR DE LIMA

AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: ESTRATÉGIAS  
METODOLÓGICAS

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Data da aprovação: 25 de agosto de 2021

BANCA EXAMINADORA

---

CLÓVIS ALBERTO VIEIRA DE MELO, Doutor, PPGCS/UFCG  
Presidente da Comissão e Orientador

---

RONALDO LAURENTINO DE SALES JÚNIOR, Doutor, PPGCS/UFCG  
Examinador Interno

---

SAULO FELIPE COSTA, Doutor, PPGCP/UFCG  
Examinador Externo



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE**  
POS-GRADUACAO EM CIENCIAS SOCIAIS  
Rua Aprigio Veloso, 882, - Bairro Universitario, Campina Grande/PB, CEP 58429-900

REGISTRO DE PRESENÇA E ASSINATURAS

ATA DA DEFESA PARA CONCESSÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS SOCIAIS, REALIZADA EM 25 DE AGOSTO DE 2021

CANDIDATO: **Fernando César de Lima**. COMISSÃO EXAMINADORA: Clóvis Alberto Vieira de Melo, Doutor, PPGCS/UFCG, Presidente da Comissão e Orientador; Ronaldo Laurentino de Sales Júnior, Doutor, PPGCS/UFCG, Examinador Interno; Saulo Felipe Costa, Doutor, PPGCP/UFCG, Examinador Externo. TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: *"AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: estratégias metodológicas"*. ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: Sociologia. HORA DE INÍCIO: 14h00 – LOCAL: **Sala Virtual (Google Meet), em virtude da suspensão de atividades na UFCG decorrente do corona vírus**. Em sessão pública, após exposição de cerca de 45 minutos, o candidato foi arguido oralmente pelos membros da Comissão Examinadora, tendo demonstrado suficiência de conhecimento e capacidade de sistematização no tema de sua dissertação, obtendo conceito APROVADO. Face à aprovação, declara o presidente da Comissão achar-se o examinado legalmente habilitado a receber o Grau de Mestre em Ciências Sociais, cabendo a Universidade Federal de Campina Grande, como de direito, providenciar a expedição do Diploma, a que o mesmo faz jus. Na forma regulamentar, foi lavrada a presente ata, que é assinada por mim, RINALDO RODRIGUES DA SILVA, e os membros da Comissão Examinadora. Campina Grande, 25 de Agosto de 2021.

**Recomendações:**

RINALDO RODRIGUES DA SILVA

Secretário

CLÓVIS ALBERTO VIEIRA DE MELO, Doutor, PPGCS/UFCG

Presidente da Comissão e Orientador

RONALDO LAURENTINO DE SALES JÚNIOR, Doutor, PPGCS/UFCG

Examinador Interno

SAULO FELIPE COSTA, Doutor, PPGCP/UFCG

Examinador Externo

FERNANDO CÉSAR DE LIMA

Candidato

## 2 - APROVAÇÃO

2.1. Segue a presente Ata de Defesa de Dissertação de Mestrado do candidato **FERNANDO CÉSAR DE LIMA**, assinada eletronicamente pela Comissão Examinadora acima identificada.

2.2. No caso de examinadores externos que não possuam credenciamento de usuário externo ativo no SEI, para igual assinatura eletrônica, os examinadores internos signatários certificam que os examinadores externos acima identificados participaram da defesa da tese e tomaram conhecimento do teor deste documento.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO LAURENTINO DE SALES JUNIOR, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 25/08/2021, às 16:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **CLOVIS ALBERTO VIEIRA DE MELO, PROFESSOR(A) DO MAGISTERIO SUPERIOR**, em 25/08/2021, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Saulo Felipe Costa, Usuário Externo**, em 25/08/2021, às 16:34, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **Fernando César de Lima, Usuário Externo**, em 25/08/2021, às 16:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



Documento assinado eletronicamente por **RINALDO RODRIGUES DA SILVA, SECRETARIO**, em 25/08/2021, às 18:52, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 8º, caput, da [Portaria SEI nº 002, de 25 de outubro de 2018](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://sei.ufcg.edu.br/autenticidade>, informando o código verificador **1725077** e o código CRC **86FBE6C3**.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus por conseguir chegar até aqui.

Agradeço a meus pais Maria das Neves e José Inaldo, por todo esforço e apoio de sempre, sem eles, eu não teria conseguido ir tão longe.

Agradeço a minha esposa Ana e meus filhos Guilherme e Miguel, que além do apoio incondicional, foram motivações fundamentais ao longo dessa jornada no mestrado.

Agradeço a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande, em especial, ao meu Orientador Clóvis Melo, por todo aprendizado.

Agradeço por fim, a minha família e amigos, que muito contribuíram para conclusão desse sonho.

## RESUMO

O principal objetivo dessa dissertação é investigar as estratégias metodológicas utilizadas para avaliação de impacto de políticas públicas. A primeira parte desta pesquisa destaca que evolução do papel do estado está ligado a vários fatores, que ocorreram principalmente a partir da década de 50, como guerras, avanços tecnológicos e novas demandas sociais em relação a políticas de resultado. Esse contexto corrobora para evolução também das políticas públicas, que ganham complexidade desde a definição do problema até a avaliação de impacto. Nesse contexto, não podemos deixar de destacar os indicadores sociais, capazes de tecer diagnósticos da realidade social contribuindo significativamente para avaliação de impacto. Dada a importância dos temas citados, tais como estado, políticas públicas e avaliação de impacto e indicadores sociais, diante do objetivo de pesquisa, utilizou-se como método a revisão integrativa. A revisão integrativa possibilita um levantamento do estado da arte acerca de uma temática específica. Como recorte metodológico, utilizamos plataforma da Scielo e os descritores políticas públicas e avaliação de impacto. Como resultado de pesquisa, podemos destacar uma baixa produção científica na área de avaliação de impacto em políticas públicas, uma maior utilização de métodos quantitativos para construção e avaliação das políticas públicas e uma busca majoritária pela construção de indicadores através de pesquisa de campos

Palavras-chaves: Política pública; Estado; Indicadores Sociais; Avaliação de impacto.



## **ABSTRACT**

The main objective of this dissertation is to investigate the methodological strategies used to assess the impact of public policies. The first part of this research highlights that the evolution of the role of the state is linked to several factors, which occurred mainly from the 1950s onwards, such as wars, technological advances and new social demands in relation to result policies. This context also supports the evolution of public policies, which gain complexity from the definition of the problem to the impact assessment. In this context, we cannot fail to highlight social indicators, capable of making diagnoses of the social reality, contributing to impact assessment. Given the importance of the themes mentioned, such as the state, public policies and impact assessment and social indicators, in view of the research objective, the integrative review was used as a method. An integrative review allows a survey of the state of the art on a specific theme. As a methodological approach, it uses Scielo's platform and the descriptors of public policy and impact assessment. As a result of the research, we can highlight a low scientific production in the area of impact assessment on public policies, a greater use of quantitative methods for the construction and evaluation of public policies and a majority search for the construction of indicators through field research

keywords: Public policy; State; Social Indicators; Impact assessment.

## **LISTA DE TABELAS, QUADROS E FIGURAS**

**Tabela 1 - Etapas para um indicador escalar multidimensional**

**Tabela 2 - Indicadores sintéticos para análise do desenvolvimento**

**Tabela 3 - Definições para a Construção dos Indicadores**

**Tabela 4 - Construção Teórica de um indicador**

**Tabela 5 - Número de trabalho por tipo, excluídos e incluídos na pesquisa**

**Tabela 6 - Distribuição de artigos publicados entre 2015 a 2020**

**Tabela 7 - Tipos de trabalhos por Periódico**

**Tabela 8 - Tipo de trabalho por natureza da pesquisa**

**Tabela 9 – Subtemas dos estudos sobre Avaliação de Impacto em Políticas Públicas**

**Tabela 10 - Trabalhos com utilização de estatística**

**Tabela 11 - Trabalhos Por Área Temática**

**Quadro 1 – Níveis de um problema público**

**Quadro 2 - Critérios para Seleção do Escopo**

**Quadro 3 - Delimitações para Coleta de Dados**

**Quadro 4 – Critério de adequabilidade de indicadores**

**Figura 1 - Múltiplos fluxos de Kingdon e Zahariadis**

**Figura 2 - Processo de revisão integrativa**

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>11</b>
<b>2 O ESTADO E SEU PAPEL NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>13</b>
<b>2.1 TIPOLOGIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>16</b>
<b>2.2 CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA .....</b>	<b>19</b>
<b>2.3 AVALIAÇÃO DE IMPACTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>24</b>
<b>3 INDICADORES SOCIAIS: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA .....</b>	<b>36</b>
<b>3.1. OS PRIMEIROS INDICADORES SOCIAIS ENQUANTO CONCEITO .....</b>	<b>37</b>
<b>3.2. OS INDICADORES SINTÉTICOS: UMA TENTATIVA DE SOFISTICAÇÃO .....</b>	<b>40</b>
<b>3.3. OS INDICADORES INTANGÍVEIS .....</b>	<b>45</b>
<b>4 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM INDICADOR SOCIAL.....</b>	<b>50</b>
<b>5 MATERIAIS E METÓDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA .....</b>	<b>55</b>
<b>6 ANÁLISE DA LITERATURA ACERCA DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>58</b>
<b>6.1 ADMISSIBILIDADE METODOLÓGICA UTILIZADA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS .....</b>	<b>65</b>
<b>6.1.3 EIXO ECONÔMICO .....</b>	<b>66</b>
<b>6.1.3.1 TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS EM AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO EIXO ECONÔMICO .....</b>	<b>67</b>
<b>6.1.2 EIXO SAÚDE .....</b>	<b>68</b>
<b>6.1.1 EIXO EDUCAÇÃO .....</b>	<b>69</b>
<b>6.2 ADEQUABILIDADE DOS INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTO .....</b>	<b>71</b>
<b>7 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>74</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>76</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>81</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O fim do século XX foi marcada por importantes avanços em relação a implantação e avaliação de políticas públicas. As novas demandas sociais, o desperdício de recursos públicos e a cobrança por melhores resultados em políticas públicas, modificaram a forma de gestão do estado, que passou a se preocupar com eficiência e eficácia dos processos.

No Brasil, Bresser Pereira (2005) destaca a década de 80 como um período bastante conturbado em relação ao papel do estado diante da sociedade. Fatos históricos como a modernização tecnológica, o fim do regime militar em 1985, a promulgação da constituição de 1988 e uma maior cobrança social por resultados, foram importantes para construção do estado gerencial, focado em flexibilização e resultados das políticas.

Nesse contexto, os indicadores sociais destacam-se como forma para produção de diagnóstico e em especial para avaliação de impacto de políticas públicas. Os primeiros registros de indicadores sociais caracterizavam-se por serem de natureza econômica. Destacamos inicialmente o Produto Interno Bruto (PIB), com o objetivo quantificar todos os bens e serviços finais produzidos em um determinado espaço geográfico.

Ao analisar-se o contexto histórico das políticas públicas, percebe-se uma clara ampliação das demandas sociais, o que exige uma maior participação do estado na promoção de políticas públicas. A sociedade busca constantemente melhorias na saúde, educação, segurança pública, economia, o que fundamenta a importância de mecanismos de mensuração eficazes para se avaliar o avanço ou retrocesso dos problemas sociais e, também, como o governo vem atuando para inibi-las.

Os indicadores surgem exatamente para demonstrar um imagem da realidade social sobre a aplicação de algumas políticas públicas. Visualizar sob essa égide que engloba várias dimensões, permite abarcar um número maior de demandas sociais e, também, uma atuação governamental que possa garantir o desenvolvimento social.

Desse modo, vale destacar que, os indicadores não servem apenas para apresentar um cenário fixo dos problemas sociais, mas também, se utilizado de forma seriada, demonstra avanços ou retrocessos derivados das ações

governamentais no tocante as políticas públicas. Esse processo de avaliação de políticas públicas que busca medir o impacto social causado por uma política pública, é chamado de avaliação de impacto.

Assim, considerando a importância da avaliação de impacto para análise dos fenômenos sociais e sua relevância científica, buscamos investigar as estratégias metodológicas utilizadas para avaliação de impacto de políticas públicas a partir da construção de um inventário e posterior análise de trabalhos técnicos e científicos, sobre avaliação de políticas públicas, constituindo-se como uma revisão integrativa. A revisão integrativa busca fazer um levantamento do estado da arte sobre determinada temática, buscando encontrar padrões e singularidades.

Para isso, foi feito inicialmente um levantamento dos trabalhos científicos que abordam a temática de avaliação de impacto de políticas públicas. No segundo momento, utilizamos a revisão integrativa para averiguarmos como foi utilizado esses indicadores para avaliação de impacto em políticas públicas. Por fim, foi feita uma análise comparativa afim de encontrar padrões e singularidades na utilização de indicadores para avaliação de impacto.

Como resultado de pesquisa, podemos destacar uma baixa produção científica na área de avaliação de impacto em políticas públicas, uma maior utilização de métodos quantitativos para construção e avaliação das políticas públicas e uma busca majoritária pela construção de indicadores através de pesquisa de campos, que pode ter relação direta com as limitações dos indicadores sociais nacionais para explicar fenômenos sociais locais e regionais.

## 2 O ESTADO E SEU PAPEL NA PROMOÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Ao longo dos anos o Estado teve sua função bastante modificada, em geral ampliando sua atuação e, portanto, modificando os papéis das políticas públicas. Os primeiros estudos de políticas públicas desenvolveram-se após a década de 50, período conturbado marcado por guerras, ampliação das demandas sociais, e modernização tecnológica o que evidenciou o papel do estado e segundo autores como Herbert Simon (1947) e Charles Lindblom (1959) também a necessidade de avanços como a análise de sistemas, o diagnóstico do contexto e a constituição de bases de informação pública.

As políticas públicas situam-se como uma subárea da ciência política atuando diretamente no atendimento dos problemas sociais. Nesse contexto, destacamos a análise de políticas públicas que segundo Lasswell (1936), tem como objetivo formular ajustes e alterações que melhorem o funcionamento das políticas. Ainda, pode-se entender a análise de políticas de forma sistêmica, como uma resposta da política a sociedade, assim como afirma Easton (1968).

Os avanços em relação a políticas públicas e análises não acontece de maneira simultânea em todos os países. No Brasil, destaca-se o período de redemocratização após a promulgação da Constituição de 1988 que marcou a necessidade de atendimento da cidadania, desta forma, as responsabilidades dos estados se diversificam.

Com a reestruturação estatal, tornou-se finco os debates políticos e sociais a descentralização do estado. Assim, houve a repartição, delegação e privatização de afazeres estatais, tendo como principal corrente o fato de que a descentralização das atribuições fortaleceria a democracia, pois existiria polos específicos para solucionar demandas específicas (ARRETCHE, 1996).

Arretche (1996) afirma que a reforma estatal visou a possibilidade de garantia da paz social, enaltecendo o senso de justiça e equidade social. Com esses descritores aferidos de forma eficaz na sociedade, é possível, de certo modo, controlar a atuação da gestão pública.

Desde meados dos anos 80, a agenda de redemocratização incluiu entre um conjunto de outras demandas um projeto de reformas setoriais do Sistema de Proteção Social Brasileiro. No início do governo do presidente José Sarney -primeiro governo civil pós-regime militar, o debate em torno de tais reformas teve a hegemonia de setores progressistas e, neste, a descentralização, o resgate da dívida social, a participação social e política foram princípios norteadores de boa parte das propostas de reforma. Propôs-se a descentralização e a regionalização dos programas nacionais

de saneamento e habitação; a descentralização, universalização e democratização dos programas de educação básica; o abandono das práticas clientelistas e a municipalização da assistência social como forma para que a prestação de serviços assistenciais equivalesse a um direito de cidadania; a unificação e a descentralização de um sistema nacional de saúde capaz de universalizar o atendimento à população (ARRETCHE, 1996, p.10).

É nesse prisma que se destacam os debates acerca das políticas públicas. Conceituar uma política pública não é uma tarefa simplória visto que não existe uma explicação unívoca acerca do tema (SOUSA, 2006). Seguindo o panorama de Lima e D'ascenzi (2018, p.38), partimos da seguinte indagação: “Por que fazemos uma política pública?” para solucionar uma demanda social ou, como preleciona os autores supracitados, para “promover mudanças sociais”.

Segundo Secchi (2010) as políticas públicas são diretrizes elaboradas para enfrentar os problemas públicos, que podem ser identificadas a partir de uma abordagem estatista, onde existe o monopólio da atuação do estado, ou a partir de uma abordagem multicêntrica, onde o foco não está na formulação da política, e sim na origem do problema.

Mas, o que pode ser considerado um problema público? Essa classificação parte de uma premissa subjetiva da sociedade, ou seja, seu *animus*. Desse modo, problema público é tudo aquilo que uma dada realidade social o interpreta como um. Partindo desta perspectiva, se pode identificar a formular ações que tratem de uma problemática que está infringido determinados grupos sociais. Nesse prisma, Lima e D'ascenzi (2018, p.38) classificam a política pública como: “um caso, ou uma conjuntura, só assume o caráter de problema público quando se torna assim reconhecido intersubjetivamente, passando a ser discutido pelos atores políticos interessados.”

Pode-se elencar como alguns descritores de uma política pública o processo, finalidade, substância, dinâmica e consequência (LIMA, D'ASCENZI, 2018). O primeiro elemento, o processo, está relacionado a lógica autoral. Ou seja, são entendimentos e ações expressadas pelos autores de uma política pública.

O segundo elemento, a racionalidade, está intimamente ligada a ideia de problema público, visto que seu conceito é, basicamente, que a função da uma política pública é responder a um fato interpretado pela sociedade como problema público

O terceiro, a substância, se relaciona ao fato de que, para se criar e aferir uma política pública no seio social, esta deve estar revestida por valores morais, éticos e visões progressistas da realidade na qual será aplicada. O quarto elemento, é conceituado por Lima e D'ascenzi (2018, p.39), como “a dinâmica de interação e conflito entre os atores que as permeiam; isso se deve ao fato de que o processo das políticas públicas promove a realocação de recursos sociais.”

Por último, a consequência, está ligada diretamente ao fator da transformação social. Ou seja, quando aplicada, uma política pública irá atingir diretamente a ordem de uma determinada sociedade, estimulando ações e transformações para ultrapassar um problema público (LIMA, D'ASCENZI, 2018).

Além destes elementos, muitos outros podem ser citados e explanados. A política pública é um campo de estudo interdisciplinar, mesmo tendo finco na ciência política, as disciplinas que englobam as ciências humanas e, até mesmo as da natureza, congregam e conceituam a política pública por diferentes ângulos.

Agum, Riscado e Menezes (2015, p.15), trazem entendimentos pertinentes quanto a essa temática. Ao debater a ideologia de Thomas Dye (1984), afirmam que a política pública é aquilo que “o governo escolhe fazer ou não”. Ainda nessa mesma esteira, trazendo o entendimento de Bachrach e Baratz (1962), em que afirmam que a o fato gerador de uma política pública, é a inércia do governo para solucionar um problema, levando assim, a necessidade da criação de uma ação governamental.

Vale destacar que, ao partir apenas da premissa supracitada, pode-se visualizar a criação de uma política pública como limitada as minúcias da atuação governamental. No entanto, a ação governamental parte da efervescência social no que tange a algum fato visto como problema. Desse modo, não de forma absoluta, mas, a maioria as políticas públicas iniciam sua criação a partir de uma demanda determinada sociedade.

Para Paludo (2010), é possível conceituar políticas públicas de duas formas, como conteúdo e como processo. Como conteúdo, trata-se de uma manifestação governamental sobre o que se pretende realizar, envolvendo portando, um processo decisório. Como processo, é um meio utilizado pela sociedade para atender suas demandas. É importante entender que todos os problemas presentes no campo público são abrangentes, intervindo desde o administrativo e/ou técnico até o contexto familiar.



[...] costuma-se pensar o campo das políticas públicas unicamente caracterizado como administrativo ou técnico, e assim livre, portanto do aspecto 'político' propriamente dito, que é mais evidenciado na atividade partidária eleitoral. Este é uma meia verdade, dado que apesar de se tratar de uma área técnico- administrativa, a esfera das políticas públicas também possui uma dimensão política uma vez que está relacionado processo decisório (FERNANDES, 2007, p. 203).

Dois pontos importantes merecem ser destacados nessa citação: O primeiro é o pensamento acerca das políticas públicas caracterizado unicamente como técnico e/ou administrativo e o segundo é a sua dimensão política/ideológica. Quando falamos em políticas públicas entendemos que a sua função é atender demandas sociais, buscando em seu processo a ordem, em algumas áreas econômicas, e outras sociais. Desta forma, não podemos atribuir as políticas públicas apenas como um agente do setor técnico/administrativo.

Em um conjunto de interações, buscando atingir determinados objetivos, a política pública está presente na arte, nas relações amorosas, nos esportes, na religião e no trabalho. Cada uma dessas instituições busca sanar os conflitos, estabelecendo autoridades para o que conheceremos como o processo de construção de uma ordem. Para que a ordem seja estabelecida e bem executada sempre buscando a harmonia social é necessário um empenho das políticas públicas para solucionar as problemáticas sociais, desta forma, buscam trabalhar em suas especificidades.

## **2.1 TIPOLOGIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

A tipologia da política pública mais conhecida foi dada por Lowi (1972) que articula em torno da “a política pública faz a política”. Essa classificação está relacionada ao fato de que, por vezes, o manejo de uma política pública, configura a dinâmica da atuação política.

Lowi (1972) abordou as políticas públicas em relação a análise da política, pois o mesmo a classifica em quatro tipos, regulatórias, distributivas, redistributivas, constitutivas e em alguns casos a de caráter especial. Essa divisão é necessária visto que, a depender do tipo, haverá impactos diferentes nos processos políticos.

A política regulatória é a mais comum e visível de se identificar, onde as decisões dos indivíduos necessitam ser tomadas diante da aplicação de uma regra posta a todos. Podemos identificar com clareza nas políticas regulatórias os atores

que são favorecidos e os desfavorecidos e esse fator é o que difere das políticas distributivas, as quais apenas se percebem os tipos de clientes favorecidos. Um bom exemplo de política regulatória é uma lei que obrigue os motociclistas a usarem capacetes e roupa adequada; é algo simples, porém a lei é o mecanismo que o governo se utiliza para tentar controlar os acidentes com motociclistas que segundo o ministério da saúde mais de 11 mil indivíduos morreram em um ano. Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 20) classificam esse tipo de política pública da seguinte forma:

Este tipo de política atua de forma a estabelecer padrões para atores privados e públicos. Ela é desenvolvida em grande parte em um ambiente pluralista predominante e para sua aprovação é necessária uma demonstração de força entre os atores. Este tipo de política envolve burocratas, políticos e grupos de interesses. A regulamentação de serviços de utilidade pública como energia e telecomunicações são exemplos de uma política pública regulatória.

Nessa mesma esteira Frey (2000) preleciona que as políticas regulatórias trabalham com ordens e proibições. A configuração dessa política é que determina a precisão ou não dos custos a serem investidos, assim como, a distribuição pode ser igual para a parcela que será beneficiada. No que tange ao grau de conflitos, novamente será determinado pela configuração da política.

Outra tipologia é a distributiva, a qual tem impacto mais individuais, pois é distribuída em pequenas unidades, sua política favorece grupos específicos. Pode-se haver múltiplos interesses atendidos simultaneamente e assim como as regulatórias não a interferência mútua. Um exemplo seria direcionar a verba pública para áreas que ocorreram enchentes.

De certo, haverá uma distribuição maior para um grupo face a outro. Outro exemplo é a previdência social para agricultores ou pessoas com algum tipo de deficiência. Frente a esse exemplo, é possível perceber que o público-alvo da política é certo e determinado, no entanto, os custos de distribuição não é certo, visto que se fluidifica na sociedade (AGUM, RISCADO E MENEZES, 2015).

A política distributiva, sob esse panorama, não tem como finco limitar a distribuição dos recursos públicos, mas sim o grupo que o receberá. Como afirma Tude, Ferro e Santana (2015), esse fato pode ser gerador de um problema, o clientelismo. Mas, de certo modo, a política distributiva também apresenta um baixo nível de conflitos, visto que pelo fato de não tirar recursos de um grupo para favorecer outro, de antemão, não causará prejuízos (LIMA E D'ASCENZI, 2018).

Diferentemente da política redistributiva, que é caracterizada por um impacto mais amplo de pessoas e grupos sociais, trazendo consigo muitas perdas em curto prazo e ganhos em outras e afetando diretamente a renda, riqueza e propriedade. Um exemplo dessa política seriam as cotas na área da educação.

Se pode considerar esse tipo de política como mais conflituoso pelo fato de retirar mais de um grupo para favorecer outro. Esse tipo de política é visto como um jogo que resulta em soma zero, pois o fato de a política pública visar o bem-estar social, como já classificado no tópico anterior, ao prejudicar uma parcela social para que outra se beneficia, torna-se de certo modo ineficaz. Frey classifica a política redistributiva como:

Ao contrário, são orientadas para o conflito. O objetivo é o desvio e o deslocamento consciente de recursos financeiros, direitos ou outros valores entre camadas sociais e grupos da sociedade [Windhoff-Héritier, 1987, p. 49]. O processo político que visa a uma redistribuição costuma ser polarizado e repleto de conflitos. (FREY, 2000, p. 224).

E por fim a política constitutiva que trata de processos. São políticas que definem regras e competências que são estruturantes para um estado democrático. Um bom exemplo são as leis que definem as atribuições de cada poder, ou que definem a autonomia dos partidos políticos nas escolhas de seus candidatos. Acerca desse tipo de política, Frey aduz:

Políticas constitutivas ('constituent policy') [Lowi, 1972] ou políticas estruturadoras – Beck fala de políticas modificadoras de regras [Beck, 1993, p. 17] – determinam as regras do jogo e com isso a estrutura dos processos e conflitos políticos, isto é, as condições gerais sob as quais vêm sendo negociadas as políticas distributivas, redistributivas e regulatórias (FREY, 2000, p. 224).

Para Tude, Ferro e Santana (2015), esse tipo de política congrega todas as demais em seu eixo, os outros tipos de políticas só podem entrar em vigor se estiverem atentando os parâmetros estabelecidos pela política constitutiva.

Nesse prisma, é claro o fato de a função dessa política, diferente das demais, não é de concretizar a solução de problemas públicos, mas sim, estabelecer regras e princípios para a consecução dos demais tipos de políticas públicas. Por esse fato, entra-se na esfera propriamente dos atores de uma política pública, ou seja, o campo meramente governamental.

Por ser considerado de certo modo, uma política supralegal, pode ocorrer também no ocasionando de atritos entre os seus atores, entre os quais, a título de exemplo, citamos os três poderes e os partidos políticos. Como exemplo desse tipo

de política, pode ser citado a Constituição Federal, considerada a *lex mater*, na qual, todos os entes federativos e governamentais de modo geral, devem ser submetidos e, pela ordem hierárquica, todas as legislações infraconstitucionais devem obedecer aos parâmetros trazidos na CF de 1988, sob a sanção de serem consideradas inconstitucionais.

Esse tipo de política pública pode ser considerado como uma *meta-policies*, significa afirmar que está acima das outras. Frente ao exposto até então, é passível no entendimento de muitos autores, entre os quais podemos citar Tude, Ferro e Santana (2015), Frey (2000) e Agum, Riscado e Menezes (2015), que é preciso o estabelecimento do conhecimento técnico para a eficácia de uma política pública.

O legislador, ao idealizar a criação de um programa para solucionar um problema, deve estar ciente que ele é público, e que deverá criar meios para o solucionar. É neste aspecto em que congrega a importância da utilização dos tipos das políticas públicas desenvolvido por Lowi. Mesmo que não possa afirmar com absoluta precisão que será eficaz usar os tipos de políticas públicas que se desenvolvem em diferentes sociedades e sob diferentes óticas, mas como afirma Agum, Riscado e Menezes (2015), é possível chegar a um Ideal-tipo.

## 2.2 CICLO DA POLÍTICA PÚBLICA

Além de compreender os tipos de políticas, é necessária uma análise acerca dos ciclos da política pública, que compreendem etapas para seu desenvolvimento. Frey, destaca a importância de se estudar o ciclo de uma política pública:

Mais um elemento importante da abordagem da *policy analysis* é o chamado *policy cycle*. Devido ao fato de que as redes e as arenas das políticas setoriais podem sofrer modificações no decorrer dos processos de elaboração e implementação das políticas, é de fundamental importância ter-se em conta o caráter dinâmico ou a complexidade temporal [Couto, 1998, p. 54] dos processos político-administrativos. (FREY, 2000, p.226).

Isso está relacionado ao fato de que, as etapas de uma política pública são as ações gradativas realizadas em um programa antes e depois que este seja aplicado na realidade fática. Estas etapas são uma sequência política-administrativa que orientam o processo de criação de uma política.

Em uma perspectiva teórica, segundo Frey (2000), a classificação das etapas de uma política pública apenas se diferencia de forma gradual. São um meio de se compreender a política pública em suas diversas interfaces, sendo cada uma

independente. Vale ressaltar que não é seguido uma ordem cronológica (AGUM, RISCADO E MENEZES, 2015).

Em geral, este ciclo é construído por cinco fases, mas, para alguns autores como será visto mais a frente, também há um sexto. Seguindo a lógica de John Kindom podemos dividir o ciclo, Percepção e definição de problemas, Agenda-setting, avaliação de políticas públicas e a eventual correção, implantação da política, Elaboração de programas e decisão.

Na etapa Percepção e definição de problemas o principal objetivo é analisar o *status quo* de um problema ou demanda, visualizando como, dentre vários outros, aquele problema foi selecionado para ser solucionado por meio de uma política pública. esse problema pode ser enaltecido por grupos determinados de indivíduos ou também, por políticos e grupos políticos (AGUM, RISCADO E MENEZES, 2015)

Os principais meios que fomentam a solução desse problema é a mídia, a partir dela, determinado problema público pode tornar-se um entendimento síncrono em espaços regionais e até mesmo nacionais (FREY, 2000). Ainda sobre a circunscrição de um problema público, Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 25) considera o seguinte:

Podemos entender o problema público no caminho entre a realidade existente e o que se pretende dela. Classifiquemos o problema público em três episódios: No primeiro, o evento pode ter ocorrido de maneira súbita; em um dado momento ocorre algum acontecimento que muda os rumos existentes e impõe sobre a sociedade um quadro novo que precisa ser enfrentado. No segundo, um problema público pode ganhar importância aos poucos; ocorre ao longo da história um apanhado de acontecimentos que vai sobrecarregando o sistema de soluções de conflito e em um determinado tempo ele se apresenta enquanto problema público demandando planos e soluções. No terceiro, esse problema pode estar presente na sociedade, mas ela já aprendeu a conviver com ele; isso não significa que ele seja menos ou mais importante, apenas que a familiarização é absorvida pela sociedade e ele se dilui, no entanto continuando presente.

Apenas após toda essa análise é possível se chegar a um problema que deve ser alvo de criação de uma política, podendo ser chamando também de problema de *policy*.

Nesse contexto, considerando que os recursos para o desenvolvimento de políticas são limitados, destaca-se a *Agenda-setting* como forma de definição de prioridades. Seu objetivo é analisar se esse problema público está sendo debatido dentro do contexto político e, também, a efervescência com a qual está sendo tratado, para assim se averiguar o nível de prioridade para prosseguimento ou

adiamento da política pública. Para se chegar essa conclusão, é preciso visualizar o envolvimento dos principais atores políticos, assim como, avaliar de antemão, possíveis custos e benefícios do programa (FREY, 2000).

Os recursos são limitados diante das necessidades sociais ilimitadas. Diante dessa afirmativa, o estado precisa elencar prioridades no atendimento das demandas, constituindo a agenda governamental. A formação da agenda surgiu através de uma necessidade da população ou até mesmo de um interesse governamental. Alguns aspectos como custo-benefício, relevância, viabilidade orçamentária, e interesse social, podem determinar a inserção ou não de ações na agenda.

Para fazer parte dessa pauta política, Agum, Riscado e Menezes (2015), ao discutir o entendimento de Roger Cobb e Charles Elder (1983) acerca do tema, afirmam haver três níveis para que um problema público adentre nas discussões políticas, são elas:

#### **Quadro 1 – Níveis de um problema público**

<p><b>Chamar a atenção dos grupos que irão produzir a intervenção:</b> Neste aspecto deve haver uma comoção não só dos grupos de indivíduos que proclamam um fato como problema público, mas também de demais grupos interessados e da mídia.</p>
<p><b>Precisa ser de possível solução:</b> Esse ponto pode parecer para alguns como obvio, no entanto, é necessário demonstrar além da extrema urgência, que esse problema é congruente com algumas das competências governamentais. Caso contrário não seria de responsabilidade pública.</p>
<p><b>Exercício contínuo:</b> Não basta apenas inserir um problema nas pautas políticas, é necessário reafirmar sempre sua importância e urgência de solução perante os demais problemas que surgem de forma ilimitada.</p>

Fonte: Roger Cobb e Charles Elder (1983). Elaboração do autor.

Celina Souza (2006) também enaltece o chamado modelo *garbage can* ou “lata de lixo”, criado por Cohen, March e Olsen (1972). Segundo o modelo da lata de lixo, existem vários problemas e poucas soluções, então, não se avaliaria o método melhor para solucionar o problema, mas o leque soluções para um problema que aquele sistema político no qual está circunscrito o problema tem. Desse modo é

possível afirmar que “as organizações constroem as preferências para a solução dos problemas - ação - e não, as preferências constroem a ação” (SOUZA, 2006, p.12).

A próxima fase, elaboração de programas e de decisão, exige muito posicionamento e clareza nos atores para que seja implantada a política no tempo certo e que se obtenha sucesso na sua implementação. Segundo Frey (2000), é o momento de escolha da ação mais apropriada para o prosseguimento da política pública.

Nesse momento pode ocorrer determinados riscos, pois pode haver muitos interesses conflitantes, o que atrapalha o desenvolvimento da ação. Neste ponto, Agum, Riscado e Menezes (2015, p. 28) debatem acerca do método incremental na tomada de decisões, criado por Charles Lindblom (1977), o qual é dividido em três pontos, os quais os autores apresentam da seguinte forma:

Primeiro: a definição do problema e suas possíveis soluções precisam ser objeto de visitas constantes, elas necessitam ser abertas para ajustes e novas características a todo o momento. Segundo: as formulações, decisões e ajustes realizados no passado devem compor o quadro das ações presentes, há uma limitação imposta por diversas forças e o tomador de decisão geralmente não se encontra totalmente livre para suas escolhas. Estar embasado com o processo anterior possibilita às ações presentes poder resultar em um grau de acerto superior ao esperado. Terceira: dada a presença de forças políticas constantes, a solução escolhida não será sempre a melhor opção, mas a politicamente possível naquele dado momento (Agum, Riscado e Menezes 2015, p. 28).

Por conseguinte, a fase de implementação de políticas, é uma das fases mais cruciais do ciclo político, pois esta parte as intenções da administração pública devem ser moldadas para concretizar um programa governamental. Vale destacar que em muitos casos, os fracassos nesta etapa estão ligados ao fato de que na política, há um grande eixo de complexidade, então, mesmo que em seu formato técnico, uma política pública esteja estabilizada, esta pode encontrar entraves na política (AGUM, RISCADO E MENEZES, 2015).

A fase da Avaliação de políticas e a eventual correção, está relacionado a analisar os impactos da implementação da política pública em uma determinada sociedade. É o momento em que se deve analisar os erros e efeitos colaterais para planejar, com a correção desses déficits, programas futuros.

Esse pode ser considerado como núcleo do ciclo político, pois caso os resultados da avaliação de impacto tenham sido positivos (solucionou o problema), poderá extinguir o prosseguimento do programa, ou, em adverso a isso, caso necessite de um aprimoramento, poderá ser criado um novo programa, ou

incrementado o já existente para que atenda o objetivo pelo qual foi criado (FREY, 2000).

Por fim, podemos destacar o monitoramento e a avaliação da política implementada, pois se precisa de uma constância nessas duas fases que se complementam. É necessário aferir a execução de como está sendo feita a política e como está sendo acessada pela população. Poder constatar necessidades, correção ou até mesmo o cancelamento da política implementada (FREY, 2000). Nesse prisma, a avaliação deve ser vista sob o seguinte panorama:

Em termos ideais, a avaliação deveria atravessar todas as fases da política pública. Desde os primeiros momentos de aprendizagem quanto ao problema social, tendo em vista sua incorporação, ou não, à agenda formal; subsidiando a formulação, em relação à correlação entre variáveis e às explicações qualitativas; monitorando toda a implementação, em acordo ao modelo escolhido; até o momento de verificar se a política pública cumpriu com seu objetivo, isto é, em que medida ela afetou o problema social que justificara sua criação. Das condições necessárias a uma formulação consciente e devidamente instruída à verificação de se os esforços empreendidos foram eficientes, efetivos e eficazes: se os recursos foram utilizados de forma adequada, como as atividades foram desenvolvidas, qual foi o desempenho dos atores, quais os resultados para os beneficiários e assim por diante (LIMA E D'ASCENZI, 2018, p.72).

Corroborando ao fato supracitado, mesmo relatando que a avaliação de certo modo, deve estar presente durante todo o ciclo de uma política pública, deve-se enfatizar que não se pode confundir esse termo com monitoramento. Mesmo que de antemão pareçam sinônimos, para se chegar ao resultado, utilizam mecanismos diferente. No entanto, deve-se enaltecer que são métodos que em certa etapa da análise da política pública, se interligam (LIMA E D'ASCENZI, 2018).

O monitoramento está relacionado a gerência interna da política pública, onde se averiguar os produtos necessários para execução do programa. Em contrapartida, a avaliação utiliza os resultados obtidos pelo monitoramento para analisar a eficácia da política pública. Assim, a avaliação se concentra no contexto do visualizar se a demanda que gerou a política está sendo atendida (LIMA E D'ASCENZI, 2018).

Sem esquecer que a avaliação é realidade por duas formas. Ex-ante onde é analisada antes da implementação e a ex-post que se é realizada depois da implementação.

Por fim, como supracitado durante este tópico, há autores que afirmam a existência de um sexto elemento do ciclo, a alternativa. Como a nomenclatura já



transparece, é busca por criar alternativas para a política pública, funcionaria como estratégias que podem ser concretizadas no programa (LIMA E D'ASCENZI, 2018).

Diante o exposto, deve ser apreciado o fato de que entre a formulação da política e a implementação, incorporam o processo de tomada de decisão, que consiste em definir o tempo que a política será implementada, qual medida será tomada primeiro e entre outros fatores que são alisados através da formulação da política pública (LIMA E D'ASCENZI, 2018).

É nesse contexto que destacamos a importância da avaliação de impacto em uma política pública. O fomento a sua criação pode ser, por exemplo, erradicação da fome ou controle de uma doença, problemas que estão interligados de modo geral ao bem-estar social. No entanto, deve-se enaltecer que a maioria dos gestores públicos visam mais o controle do investimento em um programa. A averiguação sobre o alcance ou não do objetivo de um determinado programa, por vezes, não é considerado como ponto crucial para manutenção do bem-estar (GERTLER; MARTÍNEZ; PREMAND; RAWLINGS; VERMEERSCH, 2018).

É possível perceber que os resultados positivos de uma ação governamental estão intimamente ligados à sua análise gradativa. Apenas visualizando os resultados, pode reestruturar, aprimorar ou continuar inerte quanto ao desenvolvimento de uma política pública na realidade social, é através dessa análise minuciosa que se pode ter um programa com resultados eficazes.

### **2.3 AVALIAÇÃO DE IMPACTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS**

Diante do exposto até aqui, percebe-se uma necessidade cada vez mais evidente em fazer avaliação de impacto. Apenas sob o prisma de análise de evidências é possível ter um controle dos gastos públicos e da atuação governamental, assim como, o progresso da sociedade, pois apenas a criação de um programa governamental, por si só, não é fator gerador de congruência entre o que a sociedade almeja e a boa administração pública. Corroborando a isso:

Em nível global, as avaliações de impacto são fundamentais para a construção de conhecimento sobre a efetividade dos programas, pois esclarecem o que funciona e o que não funciona na redução da pobreza e na promoção do bem-estar (GERTLER, MARTÍNEZ, PREMAND, RAWLINGS E VERMEERSCH 2018, p.4)

Pode-se entender que, apenas com a congregação entre o nexos de causalidade que incitou a criação do programa, e a avaliação do impacto positivo ou

negativo de um programa, se torna possível a concretização da promoção do bem-estar.

Para Gertler, Martínez, Premand, Rawlings e Vermeersch (2018), existem inúmeros métodos de avaliação de impacto de uma política, mas, é pertinente destacar a importância de se ater as indagações, perguntas descritivas, perguntas normativas e perguntas de causa e efeito.

Feita essa observação, se faz necessário compreender os três descritores que são importantes serem utilizados em uma avaliação de impacto. Primeiramente, as perguntas descritivas, buscam analisar sob a ótica dos interessados, o que está de fato acontecendo. Segundamente, as perguntas normativas, são uma avaliação entre o que está acontecendo e como deveria estar acontecendo, ou seja, avaliar se objetivo do programa está sendo alcançado ou não. Por fim, as perguntas de causa e efeito, “concentram-se na atribuição. Questionam a diferença que a intervenção exerce nos resultados.” (GERTLER; MARTÍNEZ; PREMAND; RAWLINGS; VERMEERSCH, 2018, p.8).

Como visto, é de extrema importância se debater acerca da avaliação de impacto de programas sociais. Após todo o aparato teórico sobre a criação e implementação de uma política pública, faz-se necessário uma análise de como pode ser realizado essa avaliação de impacto.

Atualmente, observamos uma função estatal baseada no atendimento de demandas populacionais, solucionando problemas internamente e externamente ao ambiente das famílias brasileiras. Assim, por meio dos governantes o Estado seleciona as problemáticas sociais mais pulsantes para tomar medidas inibidoras. Essas problemáticas são definidas pelos próprios governantes, sob a égide de que a população não tem condições plausivelmente de expressar os problemas sociais mais graves de forma integral. Caso contrário, os direitos de muitas pessoas estariam sendo mitigados em face de uma maioria absoluta.

Ela faz solicitações (pedidos ou demandas) Políticas públicas – Conceitos e práticas os seus representantes (deputados, senadores e vereadores) e estes mobilizam os membros do Poder Executivo, que também foram eleitos (tais como prefeitos, governadores e inclusive o próprio Presidente da República) para que atendam as demandas da população (SEBRAE, 2008, p.6).

Na mesma esteira de que há uma sistemática para atender as demandas sociais, há, também, organizações responsáveis por levar essas demandas aos

governantes, tendo em vista o fato de que se tal responsabilidade fosse dado ao público em geral, o sistema governamental seria abarrotado por demandas desenfreadas, as quais, não conseguiriam atender. A exemplo dessas organizações, podemos citar os sindicatos, associações de moradores, ONGs, entre outras (SEBRAE, 2008).

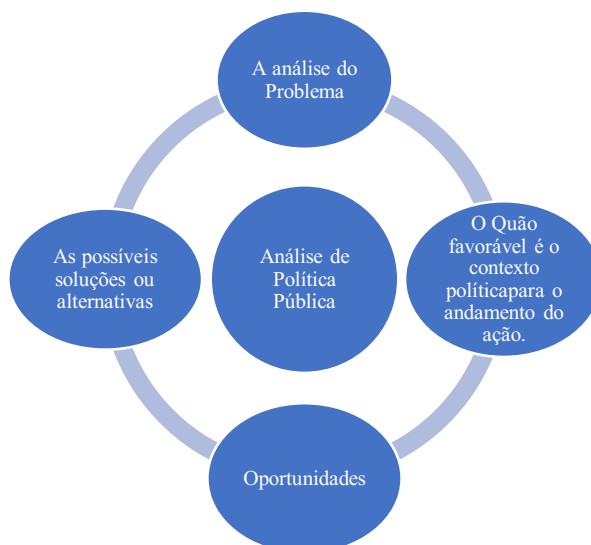
Como Bobbio (2002) preleciona, as demandas crescentes e gritantemente numerosas são comuns quando se trata de um regime democrático representativo, o qual é adotado pelo Brasil. Ao “dar mais direitos” para pessoas, mais direitos serão infringidos e, conseqüentemente, mais demandas surgirão. A presente dissertação não vislumbra isso como um problema, mas, como uma maneira de formular mecanismos mais eficazes e precisos para analisar as demandas sociais.

Deve-se enaltecer que os recursos para a implementações dessas ações são escassos. Desse modo, tendo em vista que a sociedade está preenchida por diversidades, sejam elas étnicas, gênero, entre outras, e que cada uma tem demandas diferentes, são formadas associações cívicas que detém uma ou algumas linhas de pensamento similares para lutar por esses direitos. A título de exemplo desses arquétipos, pode ser citado o movimento feminista.

Sob a égide da avaliação de políticas que englobem essas problemáticas, Gottens, Pires, Calmon e Alves (2013), afirmam que a avaliação de políticas públicas ocorre em dois níveis, são eles: Primeiramente a análise do governo em ação e/ou as ações que esse governo está realizando em busca de meios que propiciam a resolução de litígios. Assim como Sen (1992), os autores prelecionam que a variável para a avaliação das políticas públicas é o fim almejado que foi o precursor para sua criação.

A figura 1, destaca-se a sistemática da teoria dos Múltiplos Fluxos, criada por Kingdon e Zahariadis (2003). Esse pseudônimo explica a variação lógica das políticas públicas. Cabe ressaltar, que entra em consenso com Sen (1992), Saad, Bortoluzzo, Menezes e Komatsu (2020) e Siqueira-Batista e Scharamm (2005). Os quais afirmam que a oportunidade é o ápice para a resolução das problemáticas responsáveis por gerar a necessidade da criação de políticas públicas.

**Figura 1 - Múltiplos fluxos de Kingdon e Zahariadis**



Fonte: GOTTEMS; PIRES; CALMON; ALVES, 2013. Elaboração Própria.

Assim, essa teoria constrói variáveis que descrevem os fatores para que uma determinada temática chame a atenção do governo. Por meio destas, os indicadores seguindo Kingdon e Zahariadis (2003), tornam-se fundamental para realçar a relevância dos problemas públicos. Essas variáveis são trazidas por Gottems, Pires, Calmon e Alves (2013, p. 513) ao explicar a visão sistemática de Kingdon.(2003) “1) indicadores que apontam e mensuram a magnitude de uma situação; 2) a ocorrência de eventos, crises, desastres ou uma experiência pessoal; e 3) o feedback oriundo do monitoramento sobre orçamento, custos e gastos.”

Esses múltiplos fluxos dizem respeito ao conjunto de alternativas responsáveis por dar relevância a uma política pública, fazendo com que, algumas sejam implementadas e outras esquecidas ou inovadas. Para melhor descrever a construção desse fluxo de alternativas, enaltecemos: “a confiabilidade técnica; a aceitabilidade e compatibilidade entre os valores vigentes na sociedade; e a capacidade de antecipar contingenciamentos futuros, como os orçamentários” (GOTTEMS; PIRES; CALMON; ALVES, 2013, p.513).

Esses descritores são determinados de acordo com a organização da arena política no momento da aferição das alternativas. Pode-se citar a título de exemplo dessa análise, a observação da geografia das forças políticas e efervescência social no que tange a determinada temática, sob a égide dessa circunscrição, pode-se averiguar o binômio entre a utilidade e a necessidade da alternativa a ser aferida.

Desse modo, Kingdon e Zahariadis (2003), afirmam que a “janela” para proposição de propostas de políticas públicas ocorre por meio do trinômio já supracitado, problema, alternativas e política. E, subdividem também, os atores das políticas públicas em dois polos: os governamentais, que seriam os órgãos executivos e, os não governamentais, que seriam os grupos que forçam o poder pública na busca pela concretização de suas demandas.

Desse modo, Siqueira-Batista e Scharamm (2005, p. 136), ao debaterem as ideologias de Amartya Sen, afirmam:

Os fracassados e os oprimidos acabam por perder a coragem de desejar coisas que outros, mais favoravelmente tratados pela sociedade, desejam confiantemente. A ausência de desejo por coisas além dos meios de que uma pessoa dispõe pode refletir não uma valoração deficiente por parte dela, mas apenas uma ausência de esperança, e o medo da inevitável frustração. O fracassado enfrenta as desigualdades sociais ajustando seus desejos às suas possibilidades (SCHARAMM, 2005 P.136).

Essa desigualdade gera exclusão e superação das liberdades. Dessa forma enaltece os indicadores que mensuram o impacto de programas como os avaliadores de funcionamentos e capacidades que avaliaria as condições de vida por meio de três níveis, são eles: o Bem-estar, os padrões de vida (rico ou pobre; passa necessidades ou não) e, por fim, os objetivos que as pessoas pretendem alcançar.

Medeiros (2012), também reafirma a problemática do foco principal na desigualdade de renda como o ápice das desigualdades trazida por Barros Carvalho e Franco (2006). Dentre muitas problemáticas, o autor levanta o fato de pouco tempo livre. Sob essa ótica, pode-se pensar que, quando menos tempo, menos liberdade de escolhas de oportunidades terá. Assim, a sociedade fica circunscrita à monotonia perpetuada da desigualdade.

Dentre muitas variáveis, pode-se citar o fato de mulheres com muitos filhos; pessoas que trabalham informalmente e que perpassam o horário regulado em lei. Em suma, são muitas as problemáticas que devem ser enaltecidas ao se tratar a temática desigualdade social.

Inclusive, se faz necessário citar o entendimento de Medeiros (2012) sobre a dicotomia existente ao falar sobre a desigualdade de renda e a desigualdade na distribuição de renda. Muitas vezes são tratadas como sinônimos, mas, ao falar sobre desigualdade de renda, está se referindo tacitamente a desigualdade na distribuição de renda, pois, a destruição é o objeto da ação e, a desigualdade é nada

mais que um predicado desse objeto. Assim como aduz Medeiros (2012, p. 22), “são comumente associadas, e uma frase do tipo “precisamos melhorar a distribuição da renda” deve ser entendida como um apelo para a redução da desigualdade na distribuição dos rendimentos. ”

Há também, uma diferença no que tange a desigualdade de renda e bem-estar. Muitas pessoas tendem a conectar ambos os entendimentos, mas, não necessariamente o bem-estar é ligado a poderes monetários. A título de exemplo, podemos citar o fornecimento de serviços públicos gratuito de acesso à saúde para a população. Neste arquétipo, não se usaria o dinheiro para ter acesso ao bem-estar (MEDEIROS, 2012). Por mais que surja a indagação sobre essa necessidade de serviços públicos serem gratuitos decorrer da desigualdade na distribuição de renda.

Segundo Barros, Carvalho e Franco (2006), a pobreza por muito tempo era analisada e caracterizada apenas por um viés, a desigual distribuição de renda. Todavia, atualmente são construídas variáveis de pobreza que levam em consideração inúmeras dimensões. Nessa mesma esteira, os autores fazem uma crítica aos indicadores que estão circunscritos a panoramas mais gerais da população, como o índice de Pobreza Humana (IPH), que apenas fornecem dados em âmbito nacional, regional e até mesmo municipal, mas, não é capaz calcular essa renda a partir dos perfis das famílias.

Assim, a aferição de um indicador de impacto, para analisar a pobreza, não deve apenas ter uma metodologia unidimensional, e sim, multidimensional. Barros, Carvalho e Franco (2006) afirmam que a pobreza é constantemente comparada com a desigualdade de renda visto que a população em geral tem necessidades básicas, para satisfazer essas necessidades, a título de exemplo, precisam comprar alimentos ou ir a um médico, fatos estes, que requerem certa equivalência monetária, o que de certo modo, cria uma medida escalar de que a desigualdade se configura apenas pela desregular distribuição de renda.

Esse olhar multidimensional entra em acordo com o panorama defendido por Amartya Sen já em 1992. Esse fato demonstra que ao longo da história dos indicadores, há uma gama de críticas e, atualmente, alguns indicadores ainda são passíveis de uma análise crítica quanto à eficiência de seu resultado.

Barros, Carvalho e Franco (2006, p.8) defendem o ideal de “Indicadores escalares de desigualdades multidimensional”, pois, ao analisar de forma uniforme a pobreza, algumas camadas sócias irão ser beneficiadas e outras não, assim, o

impacto de um programa social criado sob o viés uniforme apenas irá colaborar para nivelar as desigualdades. Dessa forma, destacam-se as seguintes etapas para um indicador escalar multidimensional:

**Tabela 1 - Etapas para um indicador escalar multidimensional**

ETAPA	DESCRIÇÃO
1. Seleção de indicadores e dimensões	Momento no qual se deve analisar o nível de relevância de cada dimensão e quais indicadores que podem usados para melhor enquadrar cada dimensão.
2. A opção por um escalar	Visualizando o fato de que, as dimensões da pobreza são inúmeras e a efervescência de cada uma delas e diferente de pessoa para pessoa e de camada social para camada social, deve-se optar por um indicador escalar multidimensional.
3. Agregando indicadores e dimensões	Sob o prisma da etapa 1, após as escolhas das dimensões e indicadores que são congruentes, deve-se realizar a agregação dos mesmos para se chegar a um indicador multidimensional. Para isso, Barros, Carvalho e Franco (2006, p.10) argumentam, “caso a agregação seja linear, basta definir o peso a ser atribuído a cada indicador e conseqüentemente a cada dimensão. Uma opção para determinar esses pesos consiste em utilizar procedimentos estatísticos, como a análise fatorial ou de componentes principais.”
4. Agregações e seqüência das agregações	Neste tópico, se utiliza duas dimensões de agregações para um indicador escalar de pobreza, são elas: Primeiramente, se averiguar o nível de pobreza de cada pessoa ou entidade familiar, posteriormente, para se obter um indicador sintético para a sociedade, se agrega esse indicador entre os agentes. Segundamente, se agrega o nível de pobreza de cada dimensão e, em seguida, se agrega essas dimensões para se obter assim, um indicador escalar multidimensional.

5. Agregando as pobrezas dos agentes	Seguindo a égide de Barros, Carvalho e Franco (2006), há um binômio da análise nesta etapa, sendo eles: O primeiro ponto de averiguação é obter um indicador sintético particularizado dos agentes e, após isso, congregando esses indicadores para a formulação de um indicador universal de pobreza dos agentes. A segunda análise se dá através da formulação de um índice de pobreza individual que seria comparada com uma média global de pobreza, averiguando se ultrapassaria ou não essa média, seria medida o grau de pobreza dos agentes. As junções desses pontos de análise são responsáveis por gerar uma média de bem-estar.
6. Linhas de pobreza	Essa diz respeito à correlação entre pobreza e bem-estar. Assim, deve criar uma linha média de bem-estar, abaixo dessa linha se caracteriza como pobre. Assim, ao calcular a média de pobreza de cada dimensão, basta apenas uma linha média de pobreza. Em contrapartida, ao se analisar a média de pobreza de cada agente, devem ser formuladas inúmeras linhas. A congregação desses descritores fomenta a análise a partir da indagação: quem é pobre? E, também, qual o nível de pobreza do agente?.
7. Medido o grau de pobreza	Essa etapa refere-se ao fato de que, ao final das etapas já relatadas, deve-se calcular a distância do grau de pobreza de cada agente em relação à média da linha de pobreza. Haveria neste arquétipo, uma conversão da distância de em graus de pobreza. Barros, Carvalho e Franco (2006,p.13) sistematiza essa etapa da seguinte forma: “Mais especificamente, se denotamos por $z$ o valor do indicador, expresso em múltiplos da linha de pobreza, então para Chakravarty o grau de pobreza do agente seria dado por $\alpha 1 - z$ , com $0 \leq \alpha \leq 1$ para todo $z \geq 1$ , o grau de pobreza seria nulo em ambas as alternativas.”



A título de exemplo, se pode citar a educação, saúde e distribuição de renda. Daí surge as diferentes demandas e níveis de problemáticas demandadas pelos agentes e, também, o fato já levantado de que, um indicador uniforme pode acabar prejudicando algumas classes. Digamos que para uma parte das pessoas ou entidades familiares, o acesso educação seja mais precário que o acesso a saúde. Nessa conjuntura, para esta parcela, um programa que vise melhorar o acesso à educação será mais positivo que um que melhore a saúde. Todavia, poderá ser mais prejudicial para os agentes que tem mais dificuldades de acessar a saúde.

Por isso o fomento a análise particularizada dos agentes e famílias e a agregação desses resultados para um indicador escalar multidimensional. Para que assim, seja calculada a aplicação de programas de modo mais efetivo e preciso, garantindo que se possam diminuir as desigualdades.

Para Januzzi (2005), é uma forma abstrata de aproximar uma estatística de uma realidade fática. Traduzindo e indicando demandas crescentes na sociedade, demandas estas que são alvo de políticas públicas já criadas ou em formulação. De todo modo, são ferramentas utilizadas para o gerenciamento governamental (RAMOS; SCHABBACH, 2012). Nesse sentido, Januzzi aduz:

Prestam-se a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento das condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e da sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais (JANUZZI, 2005, p. 136).

Para Ramos e Schabbach (2012), analisar o impacto da atuação estatal é controlar o gasto de público e distribuir esses valores de forma a abarcar as diversas dimensões que circundam a sociedade. Nesse sentido, os indicadores divulgam os resultados das ações governamentais. Desse modo se pode caracterizar a atuação dos indicadores na avaliação e monitoramento de políticas públicas conforme o entendimento enaltecido pelos autores supracitados, pois, prelecionam que se trata de um “exame sistemático e objetivo de um projeto ou programa, finalizado ou em curso, que contemple seu desempenho, implementação e resultados, tendo em vista a determinação de sua eficiência, efetividade, impacto, sustentabilidade e relevância de seus objetivos” (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p. 1272).

Nesse prisma, indica para o poder público as seguintes variáveis: que está tendo uma aplicação eficaz e assim, passível para sua plena consecução. Que necessita de correções ou, que deve ser extinta, pois, sua vigência não é mais geradora de mudanças plausíveis na sociedade (RAMOS; SCHABBACH, 2012).

Desse modo, permite que haja uma interligação entre *accountability* política, em que governo atue congruente com a sociedade. Analisando sob o diapasão de Ramos e Schabbach (2012), enaltece que a avaliação de impacto é um julgamento sistemático, objetivo e passível de determinados programas sociais. Assim, a avaliação e monitoramento de políticas públicas se dá por meio de determinados panoramas óticos, são eles: “efetividade (alcance das metas, aferição dos resultados esperados e não esperados dos programas) ou eficácia (à maior produção, maior eficácia), à eficiência (a um menor custo de produção, maior eficiência), ao desempenho e à *accountability* da gestão pública.” (RAMOS; SCHABBACH, 2012, p. 1273).

Para se avaliar e monitorar essas ações governamentais, como bem preleciona Januzzi (2005), são levantados dados administrativos da aplicação de determinados programas sociais e, também, estatísticas produzidas por algumas instituições, tais como o IBGE. Esses dados são transformados em proporções ou índices. Esses dados se transformam em indicadores, a título de exemplo, podemos citar o índice de Gini.

Deve-se levar em consideração também que, para a escolha de um indicador de avaliação e monitoramento de programas sociais, deve ser analisado a variável de aderência desse indicador. Explicando, um indicador de mortalidade infantil, deve ser focalizado em programas que tratam sobre a saúde pública. Nessa mesma esteira, para ser avaliar o Programas de combate à desigualdade de renda, deve-se categorizar indicadores que versem sobre problemáticas envolvendo economia (JANUZZI, 2005). Mas, o porquê disso?

A validade também é um importante instrumento a se averiguar, pois, o indicador para a avaliação de impacto deve ser o mais preciso possível em aproximar sua avaliação das demandas que geraram a formulação de determinadas políticas públicas. Desse modo, se for averiguar programas de combate à fome, será mais válido e eficiente utilizar um indicador que analise o consumo familiar de alimento em comparação com um que averigua a desigualdade (JANUZZI, 2005).

Mesmo que sob uma égide, a desigual distribuição de renda fosse um causador pelo aumento de pessoas permeadas na fome, se há um indicador que é mais próximo da análise dessa temática, mais eficaz será a sua utilização.

Outra variável na escolha de um indicador para avaliar um impacto de políticas públicas, é a confiabilidade, segundo Januzzi (2005):

Na avaliação do nível de violência em uma comunidade, por exemplo, indicadores baseados nos registros de ocorrências policiais ou mesmo de mortalidade por causas violentas tendem a ser menos confiáveis – e menos válidos – que aqueles passíveis de serem obtidos a partir de pesquisas de vitimização, em que se questionam os indivíduos acerca de agravos sofridos em seu meio em determinado período (JANUZZI, 2005, p. 140).

Levando em conta também que, algumas dessas vítimas podem sentirem-se acanhadas em relatar a vivência da violência, um indicador que utilizasse essa técnica de análise, ainda assim, seria mais eficaz na concretização dos resultados.

No aspecto supracitado, deveria ser levado em consideração o fato de que, muitas pessoas sofrem de violência e não recorrem às autoridades policiais ou a outros órgãos circunscritos a competência judicial, assim, desenhando um panorama com base apenas neste aspecto, poderia gerar dados com uma margem de erro tão alto ao ponto de não ser um resultado suficiente para se calcular a efetividade de algumas políticas públicas, neste arquétipo, em relação a programas de combate a violência.

Nessa geografia, há outras variáveis como a sensibilidade e a especificidade que também são levantadas por Januzzi (2005, p. 141) como instrumento a serem utilizados na escolha dos indicadores. Visto que, “é importante dispor de medidas sensíveis e específicas às ações previstas nos programas, que possibilitem avaliar rapidamente os efeitos (ou não efeitos) de determinada intervenção.”

Assim, a administração pública, com base na sistemática da accountability, fundou dois elementos que congregados são responsáveis por enaltecer a importância da utilização dos indicadores para avaliação de impacto, são eles: otimizar os recursos públicos; fortalecer os meios de prestação de contas das ações governamentais para a população. Nessa conjuntura, visa à transição de uma administração pública ancorada pelo modelo burocrático para modelo com finco nos resultados, estabelecendo metas e, com indicadores que possam mensurar essas metas.

Conforme aduz a SEPLAG, ainda há um “freio” para a incorporação desse modelo de resultados na administração pública, pelo os seguintes fatores:

Uma cultura organizacional que dificulta a transição para uma gestão comprometida com resultados; b) fragilidade dos serviços públicos, que limita a delegação de responsabilidades e o alcance de um maior nível de responsabilização dos dirigentes públicos; c) um fraco processo de consolidação de modelos burocráticos que possibilitem o funcionamento da Administração Pública por meio de procedimentos transparentes e confiáveis (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, 2015, p. 8).

Vale destacar também, que existem inúmeros tipos de indicadores para mensurar a eficiência das políticas públicas na administração pública. Mas, as pessoas em geral acabam tratando de dois em específico como sinônimos, são eles: indicadores de resultados e indicadores de impacto.

Mesmo de antemão, aparentarem muitas similitudes, os indicadores de resultado avaliam os resultados de um programa para público-alvo específico. Em contrapartida, os indicadores para avaliação de impacto, como já supracitado avaliam sob uma égide multidimensional, englobando inúmeras ações governamentais, e não apenas um programa social. “Medem um conjunto de iniciativas governamentais no médio/longo prazo” (SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO, 2015, p. 11). Inclusive, isso é uma das barreiras pelas quais esse tipo de indicador é subjugado na administração pública, pois, acaba não sendo tão preciso para subsidiar resultados para atuação governamental.

Destaca-se que, mesmo diante do fato acima citado, os indicadores de impacto constituam sendo um importante meio para avaliação e monitoramento de políticas públicas, visto que, por não ser específico para apenas um programa, estes englobam inúmeras demandas sociais de diversas dimensões, sendo assim, ao se tratar de panoramas mais abrangentes, fornecem mais informações.

E se enaltece também, que como já levantado na presente dissertação, vários autores defendem o ideal de que para se analisar efetivamente políticas públicas que combatam as desigualdades, deve-se ter um indicador de cunho multidimensional, por isso, há de se questionar inclusive, o “achismo” de que os indicadores são “ineficazes” no oferecimento de resultados das políticas públicas.

### **3 INDICADORES SOCIAIS: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA**

Diante dos achados de pesquisa até aqui, principalmente em relação a aferição de resultados para possibilitar a avaliação de impacto, os indicadores sociais destacam-se como algo fundamental, o que evidencia a necessidade de aprofundamento teórico a respeito.

Analisando a história dos indicadores sociais no mundo, é possível destacar ao menos quatro grandes momentos evolutivos. O primeiro período acontece antes mesmo do surgimento do termo “indicadores sociais”. Se caracterizavam pelo aglomerado de números, sem nenhum tratamento estatístico, como número total da

população. Apesar de não apresentar um aprofundamento técnico estatístico e tampouco possibilitar um diagnóstico social profundo, o levantamento desses dados iniciais, foram o primeiro passo para construção dos indicadores sociais (CALDAS, 2008).

### **3.1. OS PRIMEIROS INDICADORES SOCIAIS ENQUANTO CONCEITO**

Após a década de 50, o mundo esteve diante de um processo de modernização através da evolução tecnológica, que tornou as sociedades cada vez mais complexas. Com o fim da segunda guerra, e o surgimento da guerra fria, o mundo esteve diante dos avanços díspares do socialismo e capitalismo. Com a estabilização do capitalismo entre os países da Europa Ocidental, EUA, Japão e Canadá, a população se depara com um aumento significativo nas economias locais, o que fortaleceu as políticas de aumento de renda, equiparando-se ao princípio da política econômica keynesiana (ALTVATER, 1983; SANTAGADA, 2007).

Nesse período, a sociedade passa por um momento de afirmação social, no que concerne sobre o aumento na qualidade de vida de países desenvolvidos em que estava havendo a incidência do capitalismo (ALTVATER, 1983)

Diante de tal panorama, os indicadores sociais começaram a ser construídos em países centrais, em consonância com novas políticas anti-pobreza. Surgindo assim, a inovação de políticas que visavam desnivelar as desigualdades que se permeiam em assuntos referentes a direito ao voto até o preconceito racial (BEHRING, 2009; SANTAGADA, 2007).

Os indicadores sociais são instrumentos de leitura da realidade que têm a função de monitorar a realidade social, condições de vida e bem-estar da população, objetivando a formulação e reformulação de políticas públicas (MELO E JUNIOR, 2013; CARLEY, 1985; MILES, 1985; JANUZZI, 2002).

Um indicador social é uma medida em geral quantitativa, dotada de significado social substantivo, usado para substituir, quantificar ou operacionalizar um conceito social abstrato, de interesse teórico (para pesquisa acadêmica) ou programático (para a formulação de políticas). (JANUZZI, P. 55, 2002).

Com o ápice da globalização, as afirmações capitalistas não equivalem mais a uma tentativa falha de diminuir as desigualdades. Inicia-se então, um panorama em que se justifica essas desigualdades como fator social inevitável, que se propaga

dentre as camadas da sociedade pela mera liberdade humana. Essas características estabilizaram o neoliberalismo como modelo:

Como consequência de sua forma e intensidade, seus efeitos são mais intensos e se sobrepõem aos anteriores, (...) por sua própria natureza, sua tendência é de constante ampliação, afetando, embora de forma variada, a todos os países (BAUMANN, 1996, p.36).

Com essa “evolução globalizada do capitalismo”, surgem novas interpretações dos fenômenos sociais. Sendo assim, Santagada explica “que o objeto das ciências sociais passa a ser também a sociedade global e, para isso, ela produz análises e conceitos para compreender a sociedade mundial.” (SANTAGADA, 2007, p. 116). Com isso, muito se buscou entender sobre os fatores socioeconômicos que permeavam a sociedade nessa época. Com a expansão da globalização no mundo, os indicadores surgiram como uma maneira de compreender essas mudanças que impactavam na vivência social. É importante destacar, que nesta época as Nações Unidas, assim como as organizações Não Governamentais (ONGs), e como outras organizações internacionais, foram as principais a desmistificar e disseminar os usos dos indicadores sociais.

Os termo de indicadores sociais surgem nos Estados Unidos em meados de 1960, essa época se caracterizou pelo turbamento das relações sociais. Os EUA participavam da Guerra do Vietnã e ocorreu a morte do Presidente Kennedy. Esses acontecimentos acarretaram questões sociais, tais como os conflitos, derivadas também, ao fato de que até então, não havia explicações plausíveis para um antagonismo entre o crescimento econômico e as incessantes demandas sociais não atendidas (CALDAS, 2008; SANTAGADA, 2007).

Com isso, os sociólogos Norte Americanos foram instigados a arrazoar esses questionamentos que emergiam da sociedade. É nesse panorama em que surge o estudo a partir do uso dos indicadores sociais, que são definidos como:

São construções, baseadas em observações, normalmente quantitativas, que nos dizem algo a respeito de um aspecto da vida social no qual estamos interessados ou a respeito das mudanças que nelas estão acontecendo (HACIA apud SANTAGADA, 2007).

As teorias da sociologia, ciência política e economia tem como fundamento basilar o Estado de Bem-Estar social e os altos índices de crescimento econômicos, característicos dos primeiros avanços do capitalismo. Com isso, ao nivelar seus estudos com base nos indicadores sociais, os sociólogos objetivaram alcançar uma sociedade moderna. Assim, Santagada (2007), explica que primeiramente os

indicadores sociais se fundiram com base na teoria sociológica da Modernização que é fundamentada na teoria do funcionalismo americano, originada nos Estados Unidos chegando até a América Latina.

Estando a sociedade composta de indivíduos que possuem diferenças que geralmente se chocam, os indicadores sociais, nesse estudo inicial, se caracterizam pela busca ao Bem-Estar social, onde o Estado busca o bem comum através do consenso entre os homens (SANTAGADA, 2007).

Como já dito, os indicadores sociais enquanto conceito surgiram em 1960, porém, apenas obtiveram essa titulação em 1966, tendo como fundamento a obra de Raymond Bauer, intitulada "*Social Indicators*". Essa obra teve o intuito de avaliar os impactos da corrida espacial norte americana. Segundo Bauer, apenas com um indicador de especificidade social, pode-se averiguar e fazer um levantamento do desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade, que outrora, encontrava-se com uma escassa quantidade de dados para explicar as mudanças e controversas sociais (ALTMANN 1981).

No mesmo ano, o pesquisador Daniel Bell (2002), argumentou sobre a elaboração de uma contabilidade social, que, indiretamente referiu-se aos indicadores sociais, propondo um sistema de "cômputos sociais". Isso, se tornou um importante ato na história dos indicadores sociais, pois, foi a primeira proposta versando sobre essa temática, que foi retificada por um órgão governamental. Partindo dessa premissa, o presidente Lyndon Johnson, ainda em 1966, outorgou ao Ministério da Saúde, Ensino e Ação Social a incumbência de "construir novas estatísticas sociais que permitissem acompanhar o modo como a coletividade realiza os objetivos a que se propõe" (INDICADORES SOCIAIS/RS, 1975, p. 149).

Corroborando a esses fatos que ocorreram na década de 1960, e foram responsáveis por moldar a construção dos indicadores sociais que temos ultimamente, em 1969, foi elaborado o Serviço Nacional de Metas e Pesquisa, que objetivava elaborar relatórios anuais com dados estatísticos sobre a qualidade de vida norte americana que seriam obtidos através do uso dos indicadores sociais. Sendo esse serviço, o primeiro que interligava os indicadores a análise da qualidade de vida.

Tomando como base os indicadores sociais para averiguar o Bem-Estar da sociedade, estes, vincularam-se a planejamentos governamentais. Sendo um planejamento visto como uma forma de solucionar várias problemáticas, acarretou



um aumento na demanda dos indicadores sociais pelas fronteiras norte americanas (SANTAGADA, 1993).

Perpassando para a década de 1970, houve muitos avanços no que tange a adoção dos indicadores sociais. Organizações como a Organização das Nações Unidas (ONU), Comunidade Econômica Européia (CEE) e o Instituto Interamericano de Estatística, voltaram seus estudos para o campo dos indicadores sociais. Com toda essa incidência em organizações internacionais, os indicadores começaram a ser planejados em inúmeros países.

Com a necessidade de averiguar as mudanças mundiais principalmente envolvendo fatores econômicos, iniciou-se a produção de relatórios de cunho supranacionais. A título de exemplo, esses relatórios foram utilizados pelo Banco mundial e Pela União Europeia (SANTAGADA, 2007).

A década de 1980, foi caracterizada pelo enfraquecimento dos estudos relacionados aos indicadores sociais, assim como a diminuição na sua utilização. Nesse prisma, Schrader explica que o motivo para esse menosprezo é pelo fato de “muitos países industrializados deslocaram o foco de atenção política do social para o econômico e para uma orientação conservadora” (SCHRADER, 2002, p.18). Como é possível observar, essa etapa da construção de uma identidade para os indicadores sociais, é a mais desastrosa, onde acabou havendo alguns retrocessos.

### **3.2. OS INDICADORES SINTÉTICOS: UMA TENTATIVA DE SOFISTICAÇÃO**

A terceira etapa destaca por esse estudo, ocorreu a partir da década de 1980, ficou caracterizada pelos incentivos ao revigoração dos estudos temáticos com a utilização dos indicadores sociais. Fazendo com que passassem a serem monitorados e elaborados pelas Nações Unidas e suas cúpulas.

Esses institutos foram responsáveis por incentivar a utilização dos indicadores sobre o desenvolvimento humano, o Bem-Estar social e econômico, fundamentando até mesmo, a criação da Agenda Mundial das Políticas Sociais, em 2002. Sendo assim, o mundo perpassava para uma era de criação de indicadores sociais sintéticos desenvolvendo de relatórios sociais contingentes.

Com as mutações sociais que vão surgindo em decorrência da globalização, as estatísticas sobre os diferentes fatores sociais estão constantes alterações. Com isso, Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criou nove indicadores sintéticos para análise do desenvolvimento, tendo como prisma a vida longa e saudável das pessoas, de maneira que estejam enquadradas em padrões de vida decente.

**Tabela 2 – Indicadores sintéticos para análise do desenvolvimento**

<b>SIGLA</b>	<b>INDICADOR</b>	<b>ANO</b>
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano	1990
ILH	Índice de Liberdade Humana	1991
ILP	Índice de Liberdade Política	1992
IDS	Índice de Desenvolvimento Ajustado ao Sexo	1995
MPS	Medida de Participação Ajustada ao Sexo	1995
MPC	Medida de Privação de Capacidade	1996
IDG	Índice Desenvolvimento por Gênero	1997
IPG	Índice de Poder de Gênero	1997
IPH	Índice de Pobreza Humana	1997

Fonte: SANTAGADA, 2007, p.123. Elaborado pelo autor.

Na década de 1990, foi criado um dos principais indicadores sociais, altamente utilizado até os dias atuais, o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano), anunciado no RDH (Relatório do Desenvolvimento Humano). Esse indicador foi criado pelo PNUD, e tem como dimensões de análise: longevidade, educação e renda. Entre a subcategorias de Bem-Estar social avaliadas por esse indicador, é possível citar: educação, garantia de trabalho, discriminação racial e garantia dos direitos humanos, entre outras variáveis (GUIMARÃES E JANUZZI, 2005).

Com todas essas ideologias em volta do desenvolvimento humano, que é o ponto ápice para a construção e aplicação de um indicador de caráter social, muito se tem falado sobre a acepção dessa temática. O PNUD, em 1992, inseriu uma nova seara de averiguação do desenvolvimento humano, a sustentabilidade. Com o fundamento de que as mudanças sociais que devem ocorrer, não devem frisar apenas nas gerações presentes, mas principalmente, nas futuras gerações (GUIMARÃES E JANUZZI, 2005; JANUZZI, 2001).

Contudo, segundo Santagada (2007), em 1999, o capítulo do relatório do IDH, que dizia “O Desenvolvimento humano nesta época de globalização”, significava indiretamente, que algumas atitudes para se chegar a simetria social, tinham sido falhas, e a busca pelo “fim” da miséria humana, estaria sendo de antemão, ineficaz.

Além do IDH, outros indicadores sintéticos foram criados pelo PNUD/ONU, como é o caso do indicador ILH (Índice de Liberdade Humana). Tinha como objeto de estudo a liberdade dos povos em vários países, utilizando como meio basilar de estudo, as convenções internacionais, como a Declaração Universal do Direitos Humanos (JANUZZI, 2011; SANTAGADA, 2007).

Referente a avaliação política, foi criado o ILP (Índice de Liberdade Política), em 1992. Tinha como objetivo avaliar a liberdade de expressão, participação política, igualdade, império das leis, entre outras variáveis. De maneira que relatasse se estava sendo garantido o esguardo aos direitos (SANTAGADA, 2007).

Com relação as demais temáticas, como gênero, foram criados o IDS (índice de Desenvolvimento Ajustado ao Sexo) e o MPS (Medida da Participação Ajustada ao Sexo), ambos em 1995. Posteriormente, foram criados outros indicadores que também avaliavam as diferenças existentes que versavam sobre gênero, o IDG (Índice de Desenvolvimento de Gênero), que tinha como critério de estudo a renda entre os sexos, o grau de analfabetismo e a quantidade de matrículas em escolas. Nessa sequência, pode-se citar também o IPG (O Índice de Poder por Gênero), que mede as variações no que tange a participação feminina em cargos políticos e em demais cargos profissionais, com ênfase nas que exerciam a Chefia (JANUZZI, 2011; SANTAGADA, 2007).

Ainda com relação aos indicadores sintéticos criados pela PNUD/ONU, pode-se citar a MPC (Medida de Privação Humana), criado em 1996. Segundo Santagada, leva em consideração três critérios basilares: “capacidade de estar bem alimentado e saudável, capacidade para a reprodução saudável e capacidade para ser educado e instruído (SANTAGADA, 2007, p.125).

Por fim, mas não menos importante, em 1997 foi criado o IPH (Índice de Pobreza Humana). Esse indicador busca avaliar a situação de pobreza das pessoas, assim como, os seus progressos nas diferentes localidades.

Esse rol de indicadores supracitados foram e são responsáveis por fornecer para os planos governamentais os principais problemas e evoluções da sociedade

globalizada. Um importante fator considerável, é que foram criados na década de 1990, demonstrando que os indicadores sociais começaram a se firmar socialmente em 1960, evoluíram significativamente em 1970 e tiveram seu auge em 1990.

Caldas (2008) afirma que assim como aconteceu no resto do mundo, os primeiros indicadores brasileiros se caracterizavam pelo teor econômico. O ICV (índice do custo de vida) foi criado em 1939 e constitui o primeiro indicador econômico nacional. Logo em seguida, 1945, desenvolve-se o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC)

No Brasil, os indicadores sociais surgem um pouco mais tarde, em 1975. Mesmo havendo discussões incipientes sobre a construção desses indicadores em 1964, a política social não se mostrou favorável, o que acarretou a inercia desses discursões por um lapso temporal.

Em 1970, o Brasil teve alguns avanços em sua economia, principalmente entre 1967 a 1973, todavia, muitos direitos sociais estavam suprimidos por forças políticas hierarquicamente autoritárias (SANTAGADA, 2007). Sendo assim, mesmo o Brasil estando em uma progressão animadora do ponto de vista econômico, a democracia estava bastante fragilizada, dificultando a implementação de indicadores sociais.

Nas economias dependentes, como é o caso do Brasil e da América Latina, ocorreu um “ um processo de fragmentação do social aliado ao desmonte do Estado, ambos causados por políticas deliberadas de ajuste cujo caráter neoliberal persiste”, o que acarretou a privatização das políticas sociais, e por consequência o aumento da exclusão (SOARES, 2002, p.15).

Sob a égide dessas problemáticas, e com o aumento do retrocesso democrático, em 1975, o II Plano Nacional de Desenvolvimento, preconizou uma política de desnivelamento das desigualdades socioeconômicas. Com base nesse plano, o CDF (Conselho de Desenvolvimento Social), sugeriu a criação de um indicador social de publicação periódica, que tomasse como base as diretrizes apresentadas pela ONU (JANUZZI, 2011).

Essa foi a primeira proposta oficial de implementar os indicadores sociais no Brasil. Este indicador buscava averiguar o Bem-Estar material da população, com foco nas pessoas mais pobres, em situação de miséria. O responsável por implantar e monitorar esse indicador foi o IBGE, que outrora, em 1973, havia criado um grupo que estudava a possível progressão de indicadores sociais (JANUZZI, 2011).

No que concerne ao âmbito estadual e regional, o surgimento dos primeiros indicadores foi através da criação da revista “Indicadores Sociais-RS”, elaborada pela SUPLAG (Superintendência de Planejamento Global), e pela FEE (Fundação de Economia e Estatística).

Na região Nordeste, visando analisar a qualidade de vida, a CPR (Coordenação de Planejamento Regional), incentivou e deu suporte para a criação do que foi chamado de SIRIS (Sistema Regional de Indicadores Sociais). Essa proposta foi documentada em 1980, e segundo Santagada “apresenta o modelo analítico operacional do sistema do mesmo nome, e seu anexo contém um painel de indicadores sociais com suas especificações metodológicas” (SANTAGADA, 2007, p.128).

Com relação a outros estados federativos como Rio de Janeiro, Pernambuco, Minas Gerais, entre outros, vincularam a ideia dos indicadores sociais a suas secretarias de planejamentos, tendo como critério de análise a qualidade de vida e o Bem-Estar social. (JANUZZI, 2011; SANTAGADA, 2007).

No que tange a essa busca incessante do Bem-Estar social, Sliwiany elaborou uma proposta para mensurar o nível de satisfação da população com relação a materiais e cultura. O método utilizado pela autora é Distancial ou Genebrino. A autora conceitua essa proposta como a “análise dos efeitos sociais em que se considera um conjunto de variáveis denominadas medidores dos benefícios sociais do nível de vida” (SLIWANY, 1987, p.18).

Nessa ótica, Santagada (2007) com relação a averiguação da qualidade de vida, subdivide os indicadores sociais em duas partes: Objetiva e subjetiva. A objetiva leva em consideração os acontecimentos concretos que permeiam a realidade social. A Subjetiva, busca analisar os indivíduos enquanto seres socializados, observando como se comportam perante a realidade social.

Se torna importante tratar dos indicadores sintéticos que tiveram como arquétipo para a sua criação o IDH, podemos citar o IDR (Índice de Desenvolvimento Relativo), que utiliza como base o índice do IDH. Outro indicador criado em consonância com o supracitado, é o INV (Índice do Nível de Vida), que tem como base a utilização de metodologia utilizada na criação do IDH. Ambos os indicadores foram criados pelos economistas do IPEA Roberto Cavalcanti de Albuquerque e Renato Villela.

Com o objetivo de estudar a qualidade da justiça social, também é criado, o IDS (Índice de Desenvolvimento Social). Enquanto esse indicador estuda a justiça social em regiões brasileiras, o IDH analisa a situação socioeconômica dos países dos níveis mundiais.

Corroborando a isso, com o objetivo de avaliar a qualidade de vida nas regiões metropolitanas no Brasil, Médici e Agune, criam o IOSP (Índice de Oferta de Serviços Públicos). Os critérios de avaliação desse indicador são a “alfabetização, oferta de serviços de saúde, saneamento (água, esgoto e lixo) e fornecimento de energia elétrica.” (SANTAGADA, 2007, p.131).

Em 2002, mais um indicador foi criado, dessa vez com o teor municipal, o Índice Social Municipal Ampliado para o RS. Santagada preleciona que esse indicador teve como critério:

Foram selecionadas, num primeiro momento, 15 variáveis, para os anos de 1991 a 1996; após, foi atualizado para o período 1991 a 1998 com 14 variáveis. Cada variável que compõe cada um dos índices de cada bloco participou com pesos definidos pela equipe técnica de acordo com a importância relativa de cada variável. As referências são os municípios do RS, o agrupamento das variáveis originam Índices de Condição do Domicílio e Saneamento, Educação, Renda e de Saúde (SANTAGADA, 2007, p.133).

Com isso, o indicador transforma variável em índice que evidenciam a qualidade de vida. Assim, é obtido um valor geral para os municípios, que corresponde a um valor maior, ou seja, um índice municipal ampliando, e em outro extremo, o pior valor.

Com isso averigua-se que os indicadores sociais são um importante meio para avaliar a qualidade de vida, e conseqüentemente o Bem-estar social. Com base nas respostas obtidas nestas pesquisas, os governantes podem criar um plano de governo que melhor solucione os demasiados problemas sociais.

### **3.3. OS INDICADORES INTANGÍVEIS**

Os avanços notórios dos indicadores sintéticos permitiram aos pesquisadores sociais aumentar cada vez mais sua complexidade. A última etapa destacada por esse estudo, refere-se aos indicadores intangíveis. São aqueles caracterizados por objetivarem quantificar elementos que não são naturalmente numéricos.

Após um levantamento teórico, percebe-se que os estudos acerca dos indicadores intangíveis ou subjetivos ainda são incomuns e geralmente abordam aspectos específicos de sua utilização. Contudo, identificou-se uma série de usos desses indicadores, como por exemplo em seguimentos financeiros, quando os bancos se utilizam de uma base de dados tangíveis e intangíveis para criar um perfil de bons e maus pagadores, embasando assim, a liberação de linhas de crédito.

Como exemplo, pode ser citado a mensuração de ativos intangíveis de uma empresa, que mesmo diante da dificuldade de avaliá-los, podem trazer benefícios para empresa. Além disso, devem ser mensurados de forma continuada, pois diferente dos tangíveis, que se depreciam com o tempo, os intangíveis se depreciam com a sua não utilização (MENEGUELLI, SOUZA, 2007).

Para melhor compreender essa diferença entre tangíveis e intangíveis, novamente usando o exemplo de ativos de uma empresa. Ao se falar em ativos tangíveis de uma empresa (físicos e mensuráveis), pode ser aquilo com que a empresa pode contar a nível de capital humano, equipamentos, infraestrutura local, entre outros. A exemplo dos intangíveis (não mensuráveis), pode-se destacar marcas, patentes, diferenciais competitivos em termos de conhecimento, gestão de inovação, entre outros.

A primeira indagação que pode surgir diante desse exemplo, é sobre a importância da utilização de indicadores intangíveis visto que o mesmo não dispõe de resultados passíveis de quantificação. De forma hipotética, digamos que em uma pesquisa de avaliação de aprovação da gestão de uma empresa, o resultado demonstra que 90% dos funcionários estão satisfeitos. Mesmo que esse resultado não possa ser diretamente usado em questão de competitividade de mercado, tacitamente poderá ser usado como uma demonstração de que a empresa tem uma boa gestão e conseqüentemente venha a ter mais capacidade organizativa e competitiva.

Acerca desse tipo de indicador, Meneguelli e Souza afirmam:

Os indicadores de ativos intangíveis, como marcas e patentes, cultura, relação com clientes, habilidades e atitudes dos funcionários e imagem da empresa apenas exemplificam alguns possíveis elementos considerados ao se falar dos ativos intangíveis, pois cada empresa deve desenvolver os seus próprios, aqueles que melhor retratam sua realidade e o momento do desenvolvimento da Gestão do Conhecimento em que se encontra. Entretanto, deve-se buscar a simplicidade, utilizando-se de poucos indicadores para que a análise se torne mais direta e auxilie na obtenção de resultados melhores. As empresas que possuem um processo de Gestão do Conhecimento devem procurar identificar as fontes de aquisição, geração e

difusão do conhecimento que são mais importantes e estabelecer indicadores que possam tornar claros os sinais de sua evolução (Meneguelli, Souza, 2007, p. 7).

É frequente a utilização de indicadores intangíveis no mercado para auxiliar a comunidade financeira, acionistas, executivos de empresas, empregados e outros interessados na gestão de resultados de uma corporação. Não é possível medir fielmente o valor financeiro de uma organização, mas, a partir de suas operações é sim possível gerar um valor intangível que traga panorama de suas potencialidades.

Nesse contexto, destacamos também a utilização desses indicadores no ambiente interno e externo das organizações, sejam elas públicas ou privadas. A utilização de ferramentas com as pesquisas de opinião, buscam identificar e quantificar elementos subjetivos como a satisfação de um cliente ou de um funcionário, e assim, alicerçar as tomadas de decisões futuras.

Existem alguns modelos de mensuração intangível na área das organizações, neste estudo, como exemplificação, podemos demonstrar o modelo desenvolvimento por Sveiby (1998). Para o autor, em uma empresa, há finalidades nas quais se avaliam os ativos intangíveis:

- **Apresentação externa:** nesta, a empresa deve se descrever de forma bastante criteriosa e sistemática para seus clientes, funcionários, acionistas, entres outros. Essa descrição serve como uma forma de demonstrar a capacidade gerencial da empresa, sendo, conseqüentemente, fonte de confiabilidade por para geração de negócios. Neste tópico pode ser usado o exemplo citado anteriormente, no qual se avalia a satisfação dos funcionários, tais dados podem ser usados nesse momento.
- **Avaliação interna:** aqui a finalidade é a capacidade interna de gerenciamento, ou seja, as informações necessárias para que os responsáveis pela gerência da empresa possam corrigir devidas irregularidades ou, a depender dos resultados, caso positivos, podem aprimorar a capacidade organizacional.

Como se ver, os indicadores intangíveis possuem uma grande importância. através dos dados obtidos na sua avaliação, uma organização pode garantir seu prosseguimento firme no mercado de ampla concorrência. Em contrapartida. Empresas que ignoram a utilização dos indicadores intangíveis, podem ter sua



capacidade gerenciava, assim como moralidade, bastante prejudicada perante o contexto organizacional.

Nesse prisma, deve-se destacar o modelo de avaliação de intangíveis para Sveiby (1998), que se divide em competência, estrutura interna e estrutura externa. Em ambas as fases são usados os seguintes indicadores: Crescimento/renovação, eficiência e estabilidade (SVEIBY, 1998). Na competência, avalia-se a competência dos funcionários, destacando principalmente, que não há como se ter uma organização sem pessoas. Essa é a parte mais essencial da avaliação, pois ela é base para as demais. Meneguelli e Souza, prelecionam o seguinte:

Além disso, as pessoas tendem a ser fiéis se forem tratadas de uma forma justa e tiverem a sensação da responsabilidade compartilhada. Embora não apareça no balanço patrimonial, esses ativos podem ser percebidos na estrutura e administração da empresa (2007, p. 9).

No que tange ao segundo elemento, Estrutura Interna, para Sveiby (1998), a manutenção interna é a principal atividade das pessoas que trabalham em setores como administração geral, contabilidade, pessoal, entre outros. Para sua avaliação, devem ser levados em consideração os seguintes critérios para o uso dos indicadores de crescimento/renovação: Investimento na Estrutura Interna, Investimento em Sistemas de Processamento de Informações e Contribuição dos Clientes para a Estrutura Interna. No que tange aos indicadores de eficiência, são utilizados: Proporção de Pessoal de Suporte, Vendas por Funcionário de Suporte e Medidas de Avaliação de Valores e Atitudes. Por fim, o indicador de estabilidade, com os seguintes critérios: Idade da Organização, Rotatividade do Pessoal de Suporte e A Taxa de Novatos.

Por conseguinte, a avaliação da “estrutura externa inclui marcas, imagem e relacionamento com os fornecedores, além de, o que é mais importante, envolver as relações com os clientes” (SVEIBY, 1998, p. 212). Segundo Meneguelli e Souza (2007), neste arquétipo, existe uma relação entre a gestão de pessoas e estratégias de liderança, tendo como finco a relação entre funcionário e cliente.

Entretanto, não se fala em indicadores intangíveis apenas na arena privada. Na administração pública esses indicadores são cada vez mais utilizados para gerar um diagnóstico da vida social. Podemos citar a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio – PNAD e a Pesquisa de Orçamentos Familiares – POF, ambos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Ambas as pesquisas utilizam metodologia amostral com a aplicação de questionários. Destacamos, contudo, elementos de satisfação no trabalho no PNAD, onde os entrevistados podem responder as perguntas subjetivas dentro de cinco categorias, entre “insatisfeito” e “muito insatisfeito”. Em relação ao POF, destacamos o “POF 6 - Avaliação das Condições de Vida” que busca levantar dados subjetivos como a capacidade de “levar a vida até o fim do mês” com seis opções qualitativas de resposta entre “Muita dificuldade” e “Muita facilidade”.

Outro exemplo de indicador intangível é trazido por Caldas:

...o índice de felicidade mundial, que incorpora em sua medida três indicadores: um ecológico, um de expectativa de vida e um de satisfação pessoal. Uma das perguntas feitas durante as coletas de dados para compor o indicador satisfação pessoal é: “Quão satisfeito você está com a sua vida ultimamente? ”, o que carrega um alto grau de subjetividade (CALDAS, 2008, p.3).

Os indicadores sociais de maneira geral, são complexos por natureza, já que buscam trazer um retrato da vida social a partir de um recorde de dados. Quando em se tratando de indicadores que utilizam dados não imensuráveis, o desafio é ainda maior. Essa é ainda é uma corrente de estudos recentes e não apresentam delimitações claras. O fato é que os indicadores têm cada vez mais abrangendo sua área de atuação, revelando-se um importante campo de estudo sociais, a cerca de suas reais potenciais e limitações.

#### 4 O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE UM INDICADOR SOCIAL

Os indicadores sociais fazem parte de um sistema e são responsáveis por explicar esse sistema sendo cruciais para o monitoramento e avaliação de políticas, assim como descreve Parahos, Figueiredo Filho, Rocha, Silva Junior e Maia (2013). É diante desse fato que surge a explicação para sua relação com a atuação governamental, pois havendo um interesse pragmático que seja da arcada da ação governamental, terá a incidência dos indicadores sociais. Esta utilização tem como o finco o fato de que é base para atuação do governo, que antes de incidir nas mais diversas problemáticas, conheça detalhadamente a realidade na qual irá atuar.

É nesse contexto em que adentramos no panorama da construção de um indicador social. É de extrema necessidade compreender não apenas como é aferido um indicador na avaliação de políticas públicas, mas também, em como construir um indicador de forma que este não transfira dados errôneos sobre a realidade social.

Parahos, Figueiredo Filho, Rocha, Silva Junior e Maia preceituam:

Uma forma intuitiva de entender o conceito de confiabilidade é imaginar uma balança. Se a cada vez que o mesmo indivíduo subir na balança ela apontar valores diferentes, conclui-se que o instrumento não é confiável<sup>16</sup>. Isso quer dizer que quanto maior a confiabilidade da medida, menor a quantidade de erro aleatório no processo de mensuração (2013, p. 151).

Dessa forma, os indicadores têm como a característica de serem mensuráveis, apontando necessariamente o problema e a possível solução para este, orientando assim atuação governamental. É preciso destacar que existem inúmeras etapas para utilização dos indicadores sociais, a depender de cada uma, diferentes indicadores devem ser utilizados.

indicadores anteriores à definição do que se irá fazer, e que servirão justamente para orientar as escolhas. Indicadores estabelecidos para monitorar o andamento dos trabalhos, com as respectivas entregas de produtos e serviços esperados; e, por fim, indicadores a serem utilizados para a avaliação das transformações obtidas com os trabalhos (OBSERVATÓRIO REGIONAL BASE DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE, 2010, p.25)

Ministério de Planejamento, orçamento e Gestão (2012), ao se pensar um indicador, além de levar em consideração sua capacidade na construção de estatísticas, deve-se observar, de antemão, descritores fundamentais em sua composição.

A título de exemplo, podemos citar, construção do PPA- Plano Plurianual, nela, é descartado o uso de alguns indicadores pelo fato dos mesmos ser muito

complexos e envolverem a análise de muitas políticas, o que, de certo modo, fragiliza uma averiguação isolada. A exemplo de um indicador que utiliza esse panorama, se pode citar o Índice de Desenvolvimento Humano-IDH e o Produto interno Bruto – PIB.

Outra variável levantada pelo PPA na consecução de seus indicadores, é a periodicidade na produção de resultados. Ou seja, um indicador que depender de estatísticas como um Censo, por vezes enfrentam dificuldades no acompanhamento das políticas públicas. Esse fato não o torna ineficaz de modo geral, mas, neste caso, não é eficaz para ser utilizado no PPA. (MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2012).

Nessa conjuntura, para melhor enfatizar sistemática a criação de um indicador, vale destacar os aspectos levados em consideração na construção dos indicadores segundo o Ministério de Planejamento, orçamento e Gestão.

**Tabela 3: Definições para a Construção dos Indicadores**

Descritor	Definição
Qualidade de um Indicador	Para utilizar um indicador de desempenho, a administração pública deve ser edificada sob o panorama de que a função de um indicador não é produzir números, mas resultados que reflitam uma realidade social, se enaltecendo um progresso ou um retrocesso de uma ou algumas políticas públicas. Desse modo, ao se analisar a pertinência de um indicador de desempenho, o gestor público deve averiguar um trinômio fundamental para sua aplicação bem-sucedida. São elas: Tempo, recursos e capital político).
Dimensão Territorial	Ao se escolher um indicador, deve visar que o mesmo apresente o maior número de especificidade possível. Ou seja, que não traga um resultado genérico de uma certa região ou regiões. Deve modo, deve-se analisar sob o viés de indicadores socioespaciais, para que assim, se obtenha resultados específicos para cada local. Nessa conjectura, será possível ter um resultado multidimensional, capacitando a gestão pública para atuar de forma mais eficaz.

Transversalidade	“É uma forma de atuação horizontal, não hierárquica, que busca construir políticas públicas integradas por meio de ações articuladas.” (MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2012, p. 30). Como já supracitado, um indicador, para ser eficaz, deve apresentar muitas dimensões, neste arquétipo do PPA, o indicador de desempenho deve transcender o âmbito da gestão pública, abordando temáticas que em muitos casos enfrentam dificuldades para se fortalecer socialmente. A título de exemplo: Gênero e Raça.
Fontes	“Um aspecto importante na seleção de indicadores é que se deve evitar “reinventar a roda”, pois existe uma grande variedade de indicadores disponíveis para uso. Somente depois de confirmada a indisponibilidade de medidas confiáveis é que o gestor deve construí-las.” (MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2012, p. 30).

Fonte: Ministério de planejamento, orçamento e gestão, 2012, p. 29-30. Elaborado pelo autor.

Para se avaliar uma política pública, muitas indignações devem ser levantadas na escolha de um indicador como por exemplo se são mensuráveis, de fontes confiáveis, entre outras. Deve-se tentar aproximar ao máximo um indicador da sua dimensão de análise. Seguindo a lógica o Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão (2012 p. 31) para a construção de um indicador passível de ser utilizado para averiguar uma política pública, neste arquétipo, ainda referente a análise teórica, podemos citar:

**Tabela 4 - Construção Teórica de um indicador**

Descritor	Discrição
Entender o conteúdo e a forma de operação da política.	Ao se utilizar um indicador, os principais aspectos que devem ser levados em consideração são os fatores responsáveis pelo atual estágio da mesma, ou seja, o que levou essa política a não ser efetiva ou efetiva? Em qual ou quais aspectos da sua criação e aplicação houve um erro ou um acerto? Apenas assim é possível entender um cenário no qual a política pública está submergida. Outras variáveis para a construção de um indicador de resultado é averiguar os

		atores de política e, também, beneficiários indiretos.
Observar as necessidades dos decisores e possibilidades dos executores		Ao se construir um indicador, sem avaliar a capacidade de forma particularizada de cada Estado para sua execução, seria ineficaz. Desse modo, se busca evitar que recursos voltados para a população, acabem sendo utilizados em sistemas burocráticos como sistemas e relatórios. Esse é umas das principais problemáticas no Brasil. Muitos programas que visam melhorar um cenário que se encontra déficit acabam sendo criados sem a análise desse aparato teórico, assim, no momento de sua execução, a proposição de atos na realidade fática são substituídos por gastos burocráticas, o que, como já supracitado, aumenta as desigualdades e diminui as possibilidades para o aprimoramento social.
Identificar outros interesses		Esse aspecto diz respeito ao fato do indicador ser o mais amplo possível quanto sua aplicação, abarcando não apenas temáticas transversais, mas ir além do campo de análise sistemática da política pública (desde sua formulação até sua aplicação), mas também “os administradores da agenda prioritária de governo, o público-alvo das políticas, outros Poderes, as instituições privadas e do terceiro setor, órgãos de controle, etc.” (MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2012, p. 31). Para o manuseio de uma política pública todo o sistema governamental terá incidência na aplica dessa política, mesmo que alguns órgãos mais e outros menos. Essa interferência, se descartada para análise do resultado de uma política, poderá um resultado que não demonstre os fatores que resultaram em um dado positivo ou negativo.
Mapear indicadores candidatos		É interessante mapear os indicadores candidatos, à luz das informações necessárias à decisões bem assistidas, às possibilidades da informação disponível, do custo de coleta e tratamento destas informações, e das potencialidades de uso para qualificação da capacidade do Estado em suas intervenções. ” (MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2012, p. 32).
Realizar análise de <i>trade-off</i>		<i>Trade-off</i> refere-se ao fato de haver mais de uma opção e ter que escolher, exatamente a será melhor a consecução do ato de se pretende. Neste arquétipo, seria escolher um indicar e descartar outro e, neste aparato, deve haver uma análise minuciosa para não descartar um indicador que fosse importante para uso. Dessa forma, seria necessário averiguar qualitativamente e quantitativamente as inúmeras variáveis que circundam esse indicador, neste caso, avaliaria a capacidade de esclarecer o cenário para proposição de uma política.
Aproximar é preciso		Como já mencionado na pesquisa a construção de um indicador, deve aproximar este ao máximo das suas dimensões de análise.
Validar os indicadores		Essa é a etapa final e esclarece se o indicar irá ser eficaz na sua utilização,

selecionados	<p>desse modo, este deverá que corresponder positivamente parcialmente ao a todas as alegações abaixo:</p> <p>“1. As pessoas que definiram os indicadores conhecem a realidade daquela política, em especial as formas de implementação?</p> <p>2. Os indicadores escolhidos estão de acordo com as necessidades dos decisores e as possibilidades dos executores das políticas?</p> <p>3. Os custos de implementação dos indicadores, incluindo o processo de comunicação e busca do comprometimento com todos os envolvidos desde a seleção, produção, coleta e tratamento das informações, apresentação e subsídio às decisões, são compatíveis com os recursos disponíveis?</p> <p>4. Os indicadores escolhidos são válidos para expressar resultados?</p> <p>5. Têm relação direta com os objetivos da Política?</p> <p>6. São oriundos de fontes confiáveis?</p> <p>7. São mensuráveis?</p> <p>8. As pessoas que fornecem, coletam, tratam, analisam e utilizam as informações estão cientes de suas missões e comprometidas com a qualidade dos indicadores que constroem?</p> <p>9. São em quantidade suficiente para expressar as dimensões envolvidas?</p> <p>10. Consideram a dimensão territorial, quando necessária?</p> <p>11. Expressam questões transversais, quando existirem?</p> <p>12. As limitações inerentes aos indicadores foram consideradas?</p> <p>13. São estáveis em relação a outras variáveis que não as de interesse?.”</p> <p>(MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, 2012, p. 32).</p>
--------------	---

Fonte: Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012, p. 30-31. Elaborado pelo autor.

## 5 MATERIAIS E MÉTODOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA PESQUISA

A pesquisa apresenta um caráter exploratório descritivo e abordagem quantitativa. Nesse sentido, busca fazer uma análise da produção científica na área das ciências sociais e ciências sociais aplicadas sobre a utilização de indicadores com avaliação de impacto. Com esse objetivo, adotou-se o método de Revisão Integrativa de Literatura como técnica para examinar o universo de artigos publicados. Para Botelho et al. (2011), a técnica que têm maior proximidade com a área das ciências sociais aplicadas é a revisão integrativa. Nesse sentido, a Revisão Integrativa possibilita a síntese de vários estudos já publicados, permitindo a geração de novos conhecimentos, pautados nos resultados apresentados pelas pesquisas anteriores.

A operacionalização da revisão integrativa ocorreu por meio de seis etapas de acordo com a metodologia proposta por Botelho et al. (2011), em seu artigo intitulado: O Método Da Revisão Nos Estudos Organizacionais. Essas seis etapas são: 1ª. Etapa: identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; 2ª. Etapa: estabelecimento de critérios de inclusão e exclusão; 3ª. Etapa: Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; 4ª. Etapa: Categorização dos estudos selecionados; 5ª. Etapa: Análise e interpretação dos resultados; 6ª. Etapa: Apresentação da revisão/ síntese do conhecimento. Para isso, seguem os Quadros 02 e Quadro 03 que determinam respectivamente os critérios de seleção e descritores:

### Quadro 2 - Critérios para Seleção do Escopo

Critérios de Inclusão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Área Temática das Ciências Sociais;</li> <li>- Sub Área Temática: Ciências Sociais e Interdisciplinar</li> <li>- Trabalhos publicados sobre a temática nos últimos 6 anos (2015-2020);</li> <li>- Publicações no idioma português ou inglês;</li> <li>- Publicações brasileiras;</li> <li>- Textos gratuitos;</li> <li>- Artigos Completos;</li> <li>- Textos indexados.</li> </ul>
Critérios de exclusão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Trabalhos publicados sobre a temática fora do período pesquisado;</li> <li>- Publicações em outros idiomas que não o português e inglês;</li> <li>- Pesquisas fora da área de estudo;</li> </ul>



	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ensaio Teóricos;</li> <li>- Textos pagos;</li> <li>- Resumos.</li> </ul>
--	---

Fonte: Elaboração Própria.

O Quadro 2 define os critérios de seleção para a coleta de dados. Sendo estabelecidos nove critérios de inclusão, assim como também para os critérios de exclusão foram determinados seis critérios. O Quadro 2, mostra o banco de dados para a coleta, bem como os descritores que vão ser utilizados.

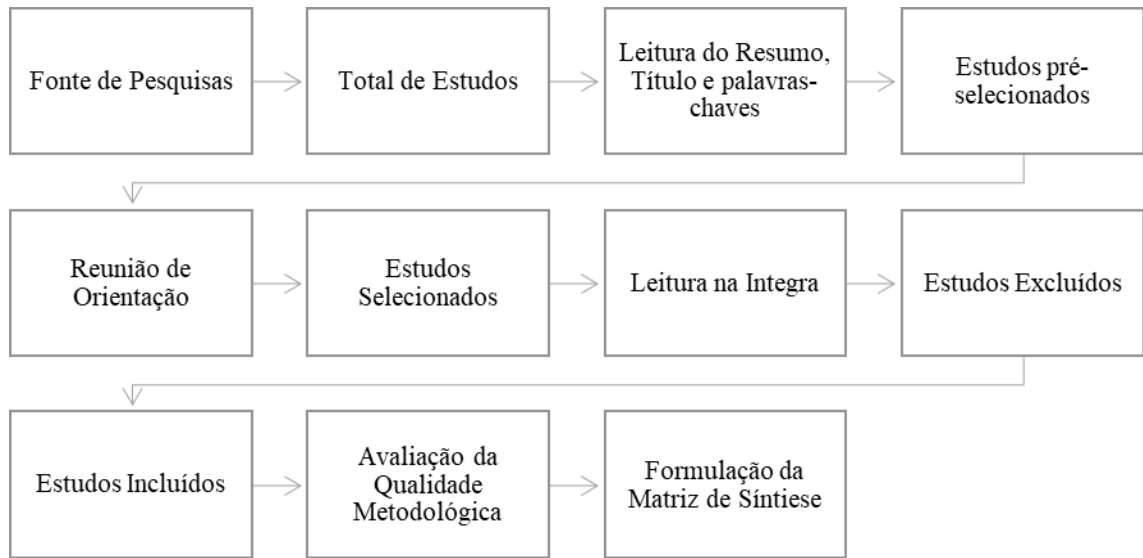
### Quadro 3 - Delimitações para Coleta de Dados

Coleta de Dados em Bancos de Dados	Biblioteca Científica Eletrônica em Linha (SCIELO®)
Descritores para busca de literatura Integrativa	Avaliação de impacto, Políticas Públicas.

Fonte: Elaboração Própria.

Os descritores utilizados buscam dar um recorte na pesquisa levando em consideração o amplo campo de estudos. Os descritores foram escolhidos levando em consideração 2 critérios. O primeiro descritor “avaliação de impacto” guarda relação direta com o objeto da pesquisa. O segundo descritor, políticas públicas foi definido após análise prévia dos artigos e diferentes descritores, destacando-se pela multiplicidade analítica, o que o torna interessante para análise de adequabilidade dos indicadores. O banco de dados foi escolhido com o critério de alta relevância no campo da Ciências sociais e interdisciplinar

A Figura 2 ilustra e resume o percurso da aplicação do método utilizado, indicando cada uma das etapas que serão realizadas ao longo do processo de pesquisa.

**Figura 2- Processo de revisão integrativa**

Fonte: Adaptado de Botelho *et al.*, 2020.

Com a aplicação do método apresentado de revisão integrativa, buscamos identificar as estratégias metodológicas utilizadas para a avaliação de impacto de políticas públicas no Brasil.

## 6 ANÁLISE DA LITERATURA ACERCA DA AVALIAÇÃO DE IMPACTO EM POLÍTICAS PÚBLICAS

Inicialmente, o corpus da pesquisa foi formado por 51 artigos, no entanto, para a análise foram delimitados alguns critérios de exclusão, são eles: Artigos que não tenham afinidade com o tema de avaliação de impacto em políticas públicas, e artigos que tratam dessa temática em outros países. A análise buscar averiguar o panorama atual da produção científica acerca dos indicadores para avaliação de impacto no Brasil, por essa razão, foram excluídos 4 trabalhos, como consta abaixo na tabela 1, totalizando o total de 7,8% dos artigos coletados.

Ao final, a pesquisa delimitou um total de 44 trabalhos coletados em um lapso temporal de 6 anos (2015-2020). A justificativa para esse recorte temporal, é analisar no contexto atual, a quantidade e o eixo temático das pesquisas envolvendo avaliação de impacto em políticas públicas. Com isso, restou 86,3% dos coletados de acordo com pesquisa e descritores.

A maior parte dos artigos, como é possível observar, continuaram no eixo de pesquisa, com apenas 3 artigos (5,9%) sendo excluídos por não ter afinidade com o tema. Como parâmetro de afinidade, foi averiguado artigos que faziam uma análise qualitativa ou quantitativa do impacto de uma política pública e, também, artigos de cunho meramente teórico, mas que descreviam como realizar uma avaliação de impacto de políticas públicas.

Dentre os excluídos pela não afinidade do tema, observou-se que muitos tratavam da parte teórica de políticas públicas, mas, não realizavam uma análise de do impacto social das mesmas, ou, também, as enquadravam em questões de avaliação de impacto, mas não no eixo das políticas públicas, como é o caso de Xavier, *et al* (2020), Carreiro, *et al* (2018) e Hirata, *et el* (2019).

Com relação aos excluídos por tratar na temática internacional, o eixo principal de pesquisa foi Portugal. Dos 4, 3 tratavam da temática em Portugal, como é o caso de Barros (2018), Sá (2018) e Pepe e Novais (2020). Apenas 1 trata sobre a América Latina de forma geral: Georges e Miraglia (2018).

**Tabela 5 - Número de trabalho por tipo, excluídos e incluídos na pesquisa**

Tipo do Trabalho	Incluído	Sem afinidade com a temática de	Trabalhos que trabalham a	Total
------------------	----------	---------------------------------	---------------------------	-------

Artigo	avaliação de impacto		temática em âmbito internacional		51
	Nº	%	Nº	%	
	44	86,3	3	5,9	

Fonte: Plataforma SciELO.

Com relação a produção científica que foi subdivida em anos na tabela 5, é possível observar que há uma baixa porcentagem de produção acadêmica acerca do tema, em face de sua importância. Como dito, as políticas públicas surgem em advento de problemas sociais, e a pesquisa, em específico, é precursora para esse embate entre as medidas governamentais e sua congruência com os anseios sociais.

Vale ressaltar que a presente pesquisa desenvolve-se a partir da plataforma SciELO, constituindo-se uma das principais no meio acadêmico, sendo uma das mais utilizadas na análise de dados e disseminação de conhecimento na área das ciências sociais e ciências sociais aplicadas.

Com relação a divisão da Tabela 2, seu intuito é averiguar de forma subdivida a porcentagem de publicações no lapso temporal de 2 anos. Foi possível averiguar que o percentual não varia muito em cada subdivisão o que pode indicar um padrão médio de publicações. Entre 2015 e 2016, houve apenas 14 publicações, formando um percentual 32% dos trabalhos coletados da pesquisa. Essa quantidade, por si só, é bastante tímida.

**Tabela 6 - Distribuição de artigos publicados entre 2015 à 2020**

Ano	Artigo	Total Agrupado Por Grupos de anos
2015	8	2015 a 2016 14 trabalhos (32%) (média/ 7)
2016	6	
2017	7	2017 a 2018 15 trabalhos (34% do total) (média/ 7,5)
2018	8	
2019	7	2019 a 2020 15 trabalhos (34% do total) (7,5 média)
2020	8	
Total	44	
Média Anual	7,33	

Fonte: Plataforma SciELO.

O cenário ainda se mostra mais precário ao se analisar a evolução em relação a área de conhecimento das ciências sociais e aplicadas, pois, entre os anos seguintes, 2017, 2018, 2019 e 2020, houve apenas um aumento de 0,5 na média de produção com relação ao ano de 2015 e 2016.

A análise da subdivisão mostra que há uma estabilidade entre os biênios consecutivos, totalizando apenas 15 trabalhos produzidos nesse recorte temporal, quantificando cada um em 34% dos artigos coletados na pesquisa.

Percebe-se claramente uma escassez de trabalhos que tratam de indicadores para avaliação de impacto em políticas públicas. Inclusive, muitas pesquisas utilizadas foram produzidas durante a década de 90 e na primeira década do Século XXI (2000-2010). Quando se ultrapassa essa temporalidade, se observa ainda mais uma decadência da produção científica acerca da avaliação de impacto em políticas públicas.

Com relação aos periódicos da publicação dos trabalhos coletados, foi possível observar um total de 18, conforme a tabela 3. O destaque maior é para a revista Ensaio, abrangendo 36,3% dos trabalhos coletados (16). As demais publicações se observam uma diversificação, sendo 11 periódicos que obtêm valores uniformes de publicação (1).

**Tabela 7 - Tipos de trabalhos por Periódico**

Tipo do Trabalho	Periódico	Nº	%
Artigo	Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação	16	36,3
	Cadernos Saúde Pública	4	9,1
	Avaliação	3	6,8
	Saúde debate	3	6,8
	Revista de Economia e Sociologia Rural	3	6,8
	Interações	3	6,8
	Estudos Econômicos	1	2,2
	Saúde e Sociedade	1	2,2
	Revista Brasileira de Educação Médica	1	2,2
	Revista Contabilidade & Finanças	1	2,2
	Engenharia Sanitária e Ambiental	1	2,2
	Ensaio Pesquisa em Educação em	1	2,2

	Ciências		
	Revista Brasileira de Ciências Sociais	1	2,2
	Interface - Comunicação, Saúde, Educação	1	2,2
	Revista Saúde Pública	1	2,2
	Sequência	1	2,2
	Revista de Administração Pública	1	2,2
	Revista Brasileira de Ciências do Esporte	1	2,2
Total	44	100,0	

Fonte: Plataforma SciELO.

Pode se fazer um questionamento acerca dessa concentração maior em apenas uma revista. Primeiramente, pelo título do Periódico Ensaio, se observa que tem como foco principal a avaliação de políticas públicas. As demais revistas possuem um campo de pesquisa mais generalista que além de avaliação de impacto em políticas públicas, abarcam diversas outras problemáticas em áreas específicas.

Essa baixa quantidade de revistas que focam pesquisas na temática de avaliação, evidencia o baixo incentivo acadêmico na área. Esse é um dos fatores no qual se justifica a baixa quantidade de publicações nesse tema.

No que tange a natureza da pesquisa, neste caso, teórica ou empírica, é possível se observar uma discrepância bastante evidente na porcentagem entre as pesquisas, ficando possível verificar que a maior parte dos autores optam pela pesquisa empírica. Isso demonstra que é preferível na área acadêmica, a análise materialista do impacto das políticas públicas, ou seja, sua incidência na realidade fática.

**Tabela 8 - Tipo de trabalho por natureza da pesquisa**

Tipo de Trabalho	Natureza da Pesquisa				Total
	Teórica		Empírica		
Artigo	Nº	%	Nº	%	44
		13	29,5	31	

Fonte: Plataforma SciELO.

Nessa conjuntura, 31 trabalhos, o equivalente a 70,5% das pesquisas coletadas, optaram por analisar políticas públicas específicas. Entre a maior

incidência, se averiguou o Programa Universidade para todos-PROUNI. Esta é a única política pública que se repetiu na análise dos artigos coletados, estando presente como eixo central de 2 pesquisas, sendo elas dos seguintes autores: Casali e Mattos (2015) e Andriola e Barrozo Filho (2020).

Há um total de 8 pesquisas que avaliam o impacto de políticas públicas específicas em lugares específicos do país. O que é possível observar é que não há nenhuma publicação tratando especificamente do Nordeste do país. Mesmo sendo bastante precária as publicações que cerceiam as outras regiões.

O Sul se destaca pela maior quantidade de publicações empíricas, tendo como foco de análise os seguintes Estados: Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná. O Sudeste do país, tem apenas uma pesquisa focada no Espírito Santo. Nessa mesma esteira, o Centro-oeste e o Norte apresentam apenas um lugar presente nas pesquisas, sendo eles: Amazonas no Norte e Goiás no Centro-oeste.

Melo *et al* (2018), destaca a importância da utilização de pesquisas que visem averiguar casos concretos. Esse é um dos prismas para a modificação, substituição ou aprimoramento de uma política pública, analisar sua eficácia na realidade social.

No entanto, não se pretende afirmar que a pesquisa de base teórica não possui importância. As pesquisas bibliográficas funcionam como um importante mecanismo para se entender as teorias que circundam a atuação humana nos diversos setores sociais.

Houve apenas 13 artigos que utilizaram esse tipo de pesquisa, totalizando uma porcentagem de 29,5% dos trabalhos coletados. Destaca-se a importância dessa pesquisa pois buscam difundir a conceituação da avaliação de impacto em políticas públicas e, principalmente, os preceitos fundamentais para uma boa administração.

Assim como o embate supracitado, torna-se claro que os autores optam mais por analisar questões circunscritas a avaliação de impacto em sentido material. As pesquisas se subdividiram em dois eixos: conceito e consequência. Em 11 pesquisas, o que totaliza 25% dos trabalhos coletados, buscou-se analisar conceitos da avaliação de impacto em políticas públicas, trazendo descritores como a construção ou a metodologia que melhor se adequa para criação e aferição de uma política pública.

A título de exemplo, pode ser citado o trabalho de Freitas (2015) que buscar defender a utilização efetiva da avaliação em política como garantia da boa administração. Assim afirma:

O Estado-Administração brasileiro tem que reelaborar a sua agenda de prioridades, por meio de avaliação qualitativa e quantitativa (“ex ante” e sucessiva) do impacto das políticas públicas, com o desiderato de que os benefícios sociais, ambientais e econômicos ultrapassem os custos diretos e indiretos, aí abrangidas as externalidades (FREITAS, 2015, p. 116).

Entretanto, na maior parte das pesquisas observou-se a utilização de indicadores para medir as consequências da pesquisa. De 44 trabalhos, 33 fizeram uso da análise de consequência da avaliação de impacto de políticas públicas, O que equivale 75% do total da pesquisa.

**Tabela 9 – Subtemas dos estudos sobre Avaliação de Impacto em Políticas Públicas**

Tipo do Trabalho	Conceito		Consequência		Total
	Nº	%	Nº	%	
Artigo	11	25,0	33	75,0	44

Fonte: Plataforma SciELO.

É possível verificar nesse resultado, que os pesquisadores brasileiros buscam mais averiguar como está sendo aferida e quais os benefícios da realização de uma avaliação de impacto efetiva. Nessa mesma esteira, criticam ações governamentais que por vezes podem ser consideradas como “simbólicas”.

Isso significa afirmar que há um problema e uma medida governamental para superá-la, no entanto, não se faz uma avaliação de impacto de forma que vislumbre a realidade fática, fazendo com que algumas políticas públicas não tenham efetividade plena ou parcial. É corroborando a isso que Batista e Domingos (2017) afirma que é preciso haver mais que boas intenções.

Deve-se enaltecer a importância da análise metodológica nas pesquisas. Foi possível verificar que dos 44 trabalhos, 19 utilizaram estatísticas, ficando circunscrito a 43,1% do *copus* de pesquisa como consta na tabela 10. Ou seja, é possível averiguar que a maior parte dos trabalhos optaram por não realizar análises estatísticas.



**Tabela 10 - Trabalhos com utilização de estatística**

Tipo do Trabalho	Total de trabalhos Pesquisados	Total de trabalhos Pesquisados com o uso de estatística	% Total de trabalhos Pesquisados com o uso de estatística	Tipo de estatística	
				Descritiva	Inferencial
Artigo	44	19	43,1		
				10	9
				52,5	47,5

Fonte: Plataforma SciELO.

Em relação a estatística utilizada, se observou um maior índice de utilização de pesquisas descritivas (52%), em relação a inferencial (48%), não havendo, portanto, uma discrepância significativa entre a utilização desses métodos, sendo 10 artigos que optaram pela estatística descritiva e 9 pela inferencial.

Entre as estatísticas inferenciais, foi utilizado um maior número de análise a partir de dados em tabela. A utilização desses métodos, segundo Melo, *et al* (2018), demonstram uma evolução metodológica. No entanto, vale ressaltar que a estatística, atualmente, é uns dois meios mais importantes para diagnosticar o que acontece de fato na realidade.

Por fim, não se pode deixar de esclarecer como está se dividindo as pesquisas em avaliação de impacto em políticas públicas por área temática. Como consta na tabela abaixo, a área da educação vem ganhando destaque no âmbito acadêmico, totalizando 50% das pesquisas coletadas, no caso, 22 artigos.

**Tabela 11 – Trabalhos Por Área Temática**

Tipo do Trabalho	Educação		Saúde		Economia		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Artigo	22	50,0	12	27,2	10	22,8	44

Fonte: Plataforma SciELO.

Esse fato pode ser vislumbrado ao analisar a tabela sobre a separação de periódicos, no cenário educacional, há muitas revistas que focam especificamente na avaliação de políticas públicas, isso gera um fomento ao aumento de pesquisas nesse eixo.

No que tange a temática da saúde, esta vem logo em seguida, com 27,2% dos trabalhos coletados, totalizando 12. Isso não significa que a saúde e a economia são temáticas menos importantes, mas que necessitam de um enfoque acadêmico maior, pois toda essas temáticas tratam de assuntos que atualmente, são geradores de milhares de demandas e problemáticas.

Houve de certo modo, um estreito entre a saúde e a economia, tendo uma diferença apenas de 4,4 pontos percentuais. Ficando a economia com um total de 22,8% das pesquisas coletadas (10 trabalhos).

Ainda nesse diapasão dos eixos temáticas, se faz necessário uma análise mais aprofundada da admissibilidade metodológica da avaliação de impacto de políticas de forma subdivida. Ou seja, averiguar como os autores estão realizando essa avaliação de impacto por eixo temático.

## **6.1 ADMISSIBILIDADE METODOLÓGICA UTILIZADA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS**

Primeiramente, é preciso fazer uma explanação sobre os meios usuais de metodologias de avaliação, que segundo Costa e Castanhar (2003), são subdivididas em três, sendo elas: Avaliação de Metas; Avaliação de Impacto e Avaliação de Processos.

O primeiro, como a nomenclatura já deixa claro, busca avaliar um programa com base em metas previamente formuladas. Podemos exemplificar, supondo que houve um desastre e várias pessoas ficaram desabrigadas, sendo criado um programa governamental tendo com meta abrigar todas essas pessoas. Nesse caso, essa meta seria totalmente atingida a partir do momento em que todas as pessoas fossem abrigadas, podendo assim, afirmar que o programa atingiu sua finalidade. Destacamos, porém, que a meta também pode ser atingida de forma parcial e mesmo assim, concluir-se como um programa exitoso.

Por esse motivo, essa avaliação é realizada apenas após ser cumprida a etapa ou todo o programa, pode-se avaliá-lo por meio método, podendo o chamar de avaliação *ex-post facto* (COSTA e CASTANHAR, 2003).

A avaliação de impacto, tema central da presente dissertação, tem a finalidade de analisar os impactos de uma política públicas em determinados públicos-alvo. Não averigua apenas se as metas foram atingidas, mas se o resultado foi responsável por resolver a problemática que incitou sua criação e gerou

mudanças positivas na vida do público-alvo. “O objetivo desse tipo de avaliação pode ser definido como sendo o de identificar os efeitos líquidos de uma intervenção social” (COSTA e CASTANHAR, 2003, p. 980).

Segundo Costa e Castanhar, a avaliação de processos pode ser classificada da seguinte forma:

Essa modalidade de avaliação investiga de forma sistemática o desenvolvimento de programas sociais com o propósito de: medir a cobertura do programa social; estabelecer o grau em que está alcançando a população beneficiária; e, principalmente, acompanhar seus processos internos (2003, p. 981).

Desse modo, essa avaliação buscar averiguar se há algum empecilho para o prosseguimento do programa, detectando defeitos e barreiras para sua confecção. Pode ser chamado de avaliação formativa.

Após essa explanação sobre a avaliação metodológica de políticas públicas, é possível passar para a análise da admissibilidade dos indicadores utilizados nos arquivos coletados. Para melhor aprofundamento teórico, utilizamos como estratégia o agrupamento em três grupos de políticas, eixo econômico, eixo saúde e eixo educação.

### **6.1.3 EIXO ECONÔMICO**

Dentre as divisões utilizadas na presente dissertação, a temática da economia apresenta o menor número de publicações e como os indicadores são utilizados para avaliar políticas públicas nesse eixo. De um total de 44, apenas 10 apenas refletem estudos acerca da economia.

Vale ressaltar, que os estudos de certo modo, se interligam, pois, os estudos envolvendo economia, geralmente acabam reverberando também, sobre desigualdades sociais, a pobreza, a fome, e os programas que buscam findar essa problemática. Portanto, também está ligado a questão de saúde, desse modo, os eixos de estudos se complementam.

O que pode se observar é que a metodologia mais utilizada pelos estudos, versou sobre a diferenças-em-diferenças, totalizando dois estudos que utilizaram essa ferramenta metodológica, sendo assim, a única a se repetir entre as pesquisas analisadas. Tais aspectos estão presentes nos trabalhos de Carvalho, Carraro e Shikida (2016) e Linhares e Carraro (2018).

Os trabalhos acima citados optaram por analisar a incidência de Arranjos Produtivos Locais (APL) nas economias locais, para avaliação de impacto, foi realizado entrevistas em 33 APLs que foram delimitadas por dimensões aglomeradas industriais.

Isso se justifica pelo fato de os trabalhos visarem utilizar a avaliação de impacto de políticas públicas no eixo de economia por amostragem populacional. Sendo assim, os trabalhos em sua maioria delimitaram regiões ou conglomerados específicos para realização da avaliação.

De forma geral, optou-se na maioria dos trabalhos, por utilizar entrevistas como método de adequabilidade para avaliação de impacto, totalizando 6 trabalhos que percorreram esse caminho, demonstrando que a maiorias dos trabalhos envolvendo avaliação de impacto em economia, prezam pela utilização da pesquisa prática.

Desse modo, os trabalhos delimitaram regiões específicas, utilizando dados para formar a porcentagem mínima de entrevistas como dimensão populacional, quantidade de aglomerados, quantidade de pessoas que fazem uso de serviços específicos, como, por exemplo, cooperativas de crédito brasileiras, que foram utilizados no trabalho de Santos, Barros, Takeda e Gonzales (2019). Por conseguinte, é possível também, observar que grande parte dos trabalhos optaram por avaliar políticas criadas com o intuito de fomentar o empreendedorismo.

Demonstrando que atualmente esse é o meio gerenciador da economia moderna, que está só tornando cada vez mais crescente na realidade brasileira e se tornando o principal eixo para utilização de indicadores de avaliação de impacto.

### **6.1.3.1 TÉCNICAS DE TRATAMENTO DE DADOS EM AVALIAÇÃO DE IMPACTO DO EIXO ECONÔMICO**

Ainda no prisma econômico, foi possível se enaltecer as técnicas para tratamento de dados mais utilizadas para avaliações de impactos. Estando presente o método *survey*, como presente no trabalho de Martins e Lima (2017). Esse método foi utilizado para transformar os dados obtidos em entrevistas, em estáticas sobre uma determinada realidade.

Além disso, se utilizou também, o método de histórias de narrativas de vida, como, por exemplo, no trabalho de Itelvino, Costa, Gohn e Ramacciotti (2018). Dentre os aspectos dessas histórias orais, foram criados padrões para delimitar as

peessoas que passariam por entrevistas e, a partir delas, construir um panorama local sobre determinadas atividades econômicas, a exemplo de práticas empreendedoras.

Por fim, se utilizou também, estudos analíticos transversais. Esse estudo está ligado ao método de pesquisa por meio da observação e com a limitação temporal específica. Assim, opta-se por observar o entrevistador sem que seja modificados figuras que descrevem diversas variáveis como o ambiente natural em que se realiza a pesquisa.

### **6.1.2 EIXO SAÚDE**

O eixo de saúde ficou acima de do de economia na análise de pesquisas, totalizando um total de 12 trabalhos. Assim como economia, apresenta uma quantidade ainda tímica. Neste aspecto, em muitos artigos foi relacionado com questões educacionais, sendo utilizado pesquisas em cursos de áreas da saúde.

De modo majoritário, tornou-se claro que grande parte das pesquisas assim como na temática econômica, optaram pela pesquisa de campo, o que demonstra também, uma busca por análise prática no que tange a avaliação de políticas públicas nas pesquisas utilizadas pela dissertação.

Desse modo, houve um total de 6 trabalhos que utilizaram a pesquisa de campo. Nesse mesmo eixo, 8 pesquisas apitaram por um método de análise quantitativa, demonstrando maior incidência da utilização de meios estatísticos nas pesquisas em saúde para se avaliar políticas públicas.

Além disso, deve-se esclarecer que houve uma preponderância também, de pesquisas que optaram por realizar análises por meio de revisão de literatura sistematizada, sendo esta, o método que mais se repetiu entre as pesquisas de maior teor teórico, totalizando 3 trabalhos que fizeram uso.

No âmbito da saúde, percebe-se uma maior utilização de dados documentados, a pesquisa documental está presente em maioria dos trabalhos. Sua principal utilização está circunscrita a utilização de dados como: quantidade de habitantes por regiões (utilizado principalmente por pesquisas que aplicaram questionários), dados estatísticos referentes a problemas na área da saúde e legislações.

Por conseguinte, diante do relatado, fica claro uma maior homogeneidade no eixo de pesquisas na saúde. A amostragem populacional mesmo tendo sido utilizada

na maior parte das pesquisas, em muitos casos foi substituída pela análise de dados já contabilizados por órgãos governamentais.

Isso não significa afirmar que há uma menor importância no âmbito da saúde na questão da avaliação de políticas públicas, mas, apenas, um menor índice de pesquisas de cunho exploratório. Ponto este, que se mostra fundamental para se averiguar a adequabilidade de indicadores na avaliação de políticas públicas.

Por vezes, os dados disponibilizados pelo governo podem não representar de forma específica a realidade social de uma determinada região ou classe social, fragilizando os resultados obtidos pelas pesquisas, pois podem induzir a resultados de análise genérica.

### **6.1.1 EIXO EDUCAÇÃO**

Metade das pesquisas versaram sobre o eixo educacional (22 pesquisas). Isso mostra um maior interesse na área para se avaliar políticas. De modo geral, como os demais eixos, a técnica de análise da avaliação de políticas públicas faz uso de pesquisas em campo.

Os indicadores neste aspecto, são fonte de geração de dados estatísticos dessas entrevistas, no entanto, em grande maioria dos casos, é utilizado o método de análise de conteúdo das falas obtidas por roteiros semiestruturados de entrevistas aplicados geralmente para os professores.

Este é um quesito que demonstrou certa fragilidade no que tange a utilização de indicadores para avaliar políticas públicas. É de extrema importância se avaliar os questionamentos dos docentes acerca dos mais diversos programas, todavia, os maiores usufrutuários dessas políticas são os estudantes, e, nas pesquisas achadas na presente dissertação, estes não foram o foco de avaliação.

A exemplo disso, pode ser citado a pesquisa de Andriola e Araujo (2018), que utilizaram os seguintes indicadores: *Scimago Institutions Ranking – SIR*, *QS World University Rankings – QS WUR*, *Ranking Mundial de Universidades na Web*. A pesquisa tinha como objetivo analisar o perfil dos professores e a reputação institucional. Mesmo considerando a reputação institucional como um “sinônimo” de qualidade, a opinião dos alunos que fazem uso de serviço ganha a devida ênfase.

Neste mesmo diapasão, deve-se enfatizar que diferente do eixo de saúde e economia, nas pesquisas em educação, o método de bibliográfico para analisar a

historicidade dos programas, esteve presente em maioria dos trabalhos, esse fator é importante por demonstrar que há uma preocupação, em averiguar as principais mudanças no antes e depois da vigência das políticas públicas foco de análise.

A pesquisa documental, também esteve bastante presente, tendo destaque o censo escolar. Esses micros dados foram fontes para diversas pesquisas, utilizando para análise, o método empírico. Método este que, a exemplo, é utilizado na pesquisa de Salvini, Pontes, Rodrigues e Silva (2019), que para condução da pesquisa, faz uso do método *Propensity Score Matching*.

No eixo educacional, ainda é importante frisar que os temas de pesquisa, em específico no ano de 2020, modificam o panorama de análise, avaliando principalmente políticas educacionais que buscam amenizar os problemas fomentados pela Pandemia da COVID-19.

As pesquisas buscam analisar como os decretos e programas criados para continuidade das atividades atingiram a educação, novamente frisando na capacidade de adaptação dos professores, como foi enaltecido na pesquisa de Oliveira, Gomes e Barcellos (2020).

Por conta das restrições, no ano de 2020 as pesquisas apresentam um maior cunho teórico, pois há de certo modo, a impossibilidade de realização de pesquisas de campo. Mesmo que alguns poucos fizeram uso de plataformas digitais para realizadas das perguntas.

Esse é uma questão que demonstra uma certa agilidade na avaliação de políticas públicas em educação quando comparado com os demais temas, pois estes, mesmo nas pesquisas de 2020, não enaltecem programas criados para barrar os efeitos negativos da pandemia. Assim como nos outros eixos temáticos, esse foco de análise demonstra a interligação das áreas, pois além do impacto das políticas na educação, essas pesquisas levantam aspectos de cunho econômico e de saúde.

Por conseguinte, deve-se enfatizar o programa mais focado para avaliação por parte das pesquisas: o Programa Universidade Para Todos. Estando presente em 3 pesquisa e o único que se repetiu. As pesquisas fizeram uso de pesquisa qualitativas e entrevistas, focando mais na fala dos entrevistados do que construir estatísticas acerca das temáticas.

Por conseguinte, o foco dos trabalhos analisados não está direcionado apenas ao ensino superior e o perfil dos professores, algumas pesquisas como a de

Sampaio (2016) focam em políticas públicas de formação contínua que viesse a aperfeiçoar o ensino em matemática. Para análise, utiliza também a aplicação de questionários.

## 6.2 ADEQUABILIDADE DOS INDICADORES UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTO

Para analisar a adequabilidade dos indicadores utilizados pelos artigos que compõem o *corpus* da presente dissertação, foi feito uso dos descritores enaltecidos pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão, já supracitado no decorrer do texto.

### Quadro 4 – Critério de adequabilidade de indicadores

1. As pessoas que definiram os indicadores conhecem a realidade daquela política, em especial as formas de implementação?
2. Os indicadores escolhidos estão de acordo com as necessidades dos decisores e as possibilidades dos executores das políticas?
3. Os custos de implementação dos indicadores, incluindo o processo de comunicação e busca do comprometimento com todos os envolvidos desde a seleção, produção, coleta e tratamento das informações, apresentação e subsídio às decisões, são compatíveis com os recursos disponíveis?
4. Os indicadores escolhidos são válidos para expressar resultados?
5. Têm relação direta com os objetivos da Política?
6. São oriundos de fontes confiáveis?
7. São mensuráveis?
8. As pessoas que fornecem, coletam, tratam, analisam e utilizam as informações estão cientes de suas missões e comprometidas com a qualidade dos indicadores que constroem?
9. São em quantidade suficiente para expressar as dimensões envolvidas?
10. Consideram a dimensão territorial, quando necessária?
11. Expressam questões transversais, quando existirem?
12. As limitações inerentes aos indicadores foram consideradas?
13. São estáveis em relação a outras variáveis que não as de interesse?"

Fonte: Ministério de planejamento, orçamento e gestão, 2012, p.32. Elaboração do autor.

Quanto às duas primeiras indagações, vale corroborar que as pesquisas dos artigos delimitados, antes de analisar dados acerca da problemática em si, fazendo uso de indicadores, realizaram a descrição dos programas finco de análise, demonstrando desse modo que estavam cientes de todos os prismas que circundam os programas analisados, seja suas dificuldades para implementação ou resultados positivos.



Em específico a segunda indagação, observa-se quanto à possibilidade de adequação dos indicadores a problemática, gera uma difícil resposta, pois a maioria dos indicadores utilizados foram desenvolvidos pelos próprios pesquisadores, enaltecendo, por conseguinte, que para afirmar se estes indicadores estão de acordo com as necessidades dos decisores, se faz necessário um ilibado saber acerca da governança local, o que, foi demonstrado pelos pesquisadores na descrição de seus trabalhos.

Esse mesmo fator responde a terceira indagação, visto que não são expressos nas pesquisas todos os gastos tidos pelos pesquisadores, pois estes são os criadores dos indicadores utilizados. Todavia, quando se observa as técnicas de processamento, como as já supramencionadas nos eixos temáticos, para averiguar cada caso, foram realizadas delimitações estatísticas da população eixo da incidência do programa analisado, delimitando assim, um percentual mínimo para averiguar uma determinada realidade, o que já responde também as indagações nove, dez e doze.

Por tal razão, e pela capacidade de averiguação através dos indicadores utilizados, de como estava sendo a aceção das políticas públicas foco de estudo dos artigos, se torna possível afirmar que os indicadores utilizados são válidos para expressar os resultados.

Quanto a indagação cinco, fica claro que as pesquisas seguiram esse prisma, visto que criaram os indicadores com finco apenas na análise da política escolhida, gerando resultados com base unicamente na população em amostra. Já na seara da sexta pergunta se enaltece o fato dos indicadores serem frutos dos pesquisadores, essa indagação circunda as fontes utilizadas para criar o indicador. Neste sentido, torna-se possível afirmar que os autores utilizaram metodologias bastante conhecidas no meio acadêmico e, também, na gestão pública para se analisar o impacto de uma política pública. Métodos estes que já foram citados.

No que tange as questões sete e oito, é possível esclarecer que foram seguidas pelos pesquisadores, pois foi clara a possibilidade de mensuração dos indicadores, se chegando a dados concretos, inclusive, a comprovação de tal feito, é que os trabalhos estão publicados em revistas de bastante reconhecimento acadêmico e, muitos destes trabalhos foram utilizados como referência para consecução de outras pesquisas de impacto de política pública.

Isso também demonstra o comprometimento dos pesquisadores, sendo muitos deles, são referência na área acadêmica, principalmente neste arquétipo, no que se refere à avaliação de políticas públicas, como se torna possível observar no quadro de pesquisas analisadas.

Por fim, os pesquisadores utilizaram diversos subtemas de pesquisas, ou seja, a exemplo da educação, foi levantado não apenas a quantidade de crianças matriculadas para averiguar se um programa atingiu seu objetivo, mas também, as dificuldades da realidade analisada para que essas crianças acessem a educação, seja pela pobreza e qualificação dos professores.

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, levando em consideração todo o percurso e dados desse estudo, teceremos algumas considerações relevantes. Destacamos em primeiro lugar, o baixo número de trabalhos científicos que estudam avaliação de impacto em políticas públicas como um todo e principalmente com a temática de economia. Levando em consideração a importância de se avaliar o impacto das políticas e o papel fundamental das pesquisas científicas nesse aspecto, esse é um dado preocupante.

Outro destaque importante é em relação a utilização majoritária do método quantitativo em relação a avaliação de impactos em políticas públicas. Creditamos essa característica aos fatores históricos de criação de desenvolvimento dos indicadores, que em geral, buscam analisar elementos quantitativos. Não se trata de destacar esse fato como algo negativo nem tampouco positivo, mas sim de constatar que o método qualitativo apresenta maior dificuldade em ser trabalhado em níveis de políticas públicas.

O terceiro aspecto de destaque diz respeito a maioria das pesquisas optarem por realizarem pesquisas de campo para construção de indicadores e posterior avaliação de impacto. Nesse contexto, podemos explicar ao menos dois argumentos importantes:

O primeiro argumento, diz respeito aos indicadores sociais consolidados nacionalmente, que em geral, parecem não contribuir significativamente para explicar fenômenos sociais locais e regionais, o que explica o interesse em construir indicadores próprios para cada pesquisa dentro da área de estudo das ciências sociais e ciências sociais aplicadas. Essa característica impossibilita em muitos casos, a análise comparada dessas produções científicas, já que os métodos são individualizados.

O segundo ponto é uma consequência do anterior. Por características iminentes da pesquisa individualizada, essas, optaram por trabalharem com dados amostrais para explicar fenômenos sociais amplos e complexos, o que torna a pesquisa limitada em avaliação de impacto. Nesse aspecto, as pesquisas na área de saúde se destacam por mesclarem dados primários e secundários, permitindo um maior aprofundamento em relação aos impactos das políticas públicas.

Por fim, destacamos a concentração geográfica das pesquisas sobre avaliação de impacto em políticas públicas na região sul e sudeste do país. Diante do contexto socioeconômico das regiões brasileiras e mais um vez, da importância das pesquisas científicas para construção de um senso crítico social, essa característica nos preocupa. Isso porque a melhor forma de cobrar efetivamente os atores públicos para o desenvolvimento de políticas eficazes é através da avaliação.

## REFERÊNCIAS

- AGUM, Ricardo, RISCADO, Priscila. MENEZES, Monique. Políticas Públicas: Conceitos e Análise em Revisão. Revista Agenda Política, Vol.3, n.2. 2015.
- ALTMANN, Werner. A temática dos indicadores sociais e sua resultante atual: a qualidade de vida. Indicadores Sociais de Sergipe, Aracaju, v. 3, 1981, p.187-204.
- ALTVATER, Elmar. O capitalismo em vias de recuperação? sobre teorias da " Onda longa" e dos " Estágios". Ensaios FEE, v. 3, n. 2, p. 5-30, 1983.
- ANDRIOLA, Wagner Bandeira. ARAUJO, Adriana Castro. Uso de indicadores para diagnóstico situacional de Instituições de Ensino Superior. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.26, n.100, p. 645-663, jul./set. 2018.
- ARRETCHE, Marta. Mitos da descentralização: Mais democracia e eficiência nas políticas públicas?. Revista Brasileira de Ciências Sociais. v.11 n.31 São Paulo jun. 1996.
- BARROS, Ricardo Paes de. CARVALHO, Mirela de. FRANCO, Samuel. Pobreza Multidimensional no Brasil. Disponível em: [https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4372&catid=308](https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4372&catid=308). Acessado em 10/09/2020.
- BATISTA, Mariana. DOMINGOS, Amanda. Mais que boas intenções: Técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 32 n° 94, junho/2017.
- BAUMANN, Renato. Uma visão econômica da globalização. O Brasil e a economia global. Rio de Janeiro: Campus, p. 33-54, 1996.
- BEHRING, Elaine Rossetti. Política Social no contexto da crise capitalista. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, p. 302-338, 2009.
- BOBBIO, Norberto. O Futuro da Democracia. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra. 2002, p. 171.
- BOTELHO, Louise; CUNHA, Cristiano; MACEDO, Marcelo. O Método Da Revisão Nos Estudos Organizacionais. Revista Eletrônica Gestão e Sociedade. Maio-Agosto, 2011.
- CALDAS, Cristina. A história da arte de mensurar. Indicadores, Dossiê, Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, n. 96, 2008.
- CARLEY, Michael. Indicadores sociais: teoria e prática. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.
- COSTA, Frederico Lustosa da. CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro 37(5):969-92, Set./Out. 2003.
- CRESWELL, John W. Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. In: Projeto de pesquisa métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2010.

EASTON, David. The theoretical relevance of political socialization. *Canadian Journal of Political Science/Revue canadienne de science politique*, v. 1, n. 2, p. 125-146, 1968.

FERNANDES, Antonio S. A. "Políticas Públicas: Definição evolução e o caso brasileiro na política social". In: DANTAS, Humberto e JUNIOR, José Paulo M. (orgs). *Introdução à política brasileira*. São Paulo: Paulus. 2007.

FREITAS, Juarez. Políticas Públicas, Avaliação de Impactos e o Direito Fundamental à Boa Administração. *Sequência (Florianópolis)*, n. 70, p. 115-133, jun. 2015.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/89/0>. Acessado em 22 de fevereiro de 2021.

GERTLER, Paul J. MARTÍNEZ, Sebastián. PREMAND, RAWLINGS, Patrick. Laura B. VERMEERSCH, Christel M. J. *Avaliação de Impacto na Prática*, segunda edição. Washington, DC: Banco Interamericano de Desenvolvimento e Banco Mundial. 2018.

GOTTEMS, Leila Bernarda Donato. PIRES, Maria Raquel Gomes Maia. CALMON, Paulo Carlos Du Pin. ALVES, Elioenai Dornelles. *O modelo dos múltiplos fluxos de Kingdon na análise de políticas de saúde: aplicabilidades, contribuições e limites*. *Saúde Soc.* São Paulo, v.22, n.2, p.511-520, 2013.

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; DE MARTINO JANNUZZI, Paulo. IDH, indicadores sintéticos e suas aplicações em políticas públicas. Uma análise crítica. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR)*, v. 7, n. 1, p. 73-90, 2005.

HUFF, Darrell, como mentir com estatística; ilustração Irving Geis; Tradução Bruno Casotti – 1.ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016. INDICADORES SOCIAIS RS, Indicadores sociais: uma concepção em debate. *Porto Alegre: FEE*, n.3, p.149-158. 1975.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos. In: *Indicadores sociais no Brasil: conceitos, fontes de dados e aplicações para formulação e avaliação de políticas públicas, elaboração de estudos socioeconômicos*. 2006. p. 141-141.

JANNUZZI, P. de M. *Indicadores sociais no Brasil*. Alínea, 2001.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. *RAP: Rio de Janeiro*, 36(1), p.51-72, Jan./Fev. 2002.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. *Revista do Serviço Público Brasília*. 56 (2): 137-160 Abr/Jun 2005.

KINGDON, J. W. Agendas, alternativas and public policies. 2. ed. Ann Arbor, : University of Michigan, 2003.

LASSWELL, Harold. Política: quem ganha o que, quando, como. Brasília: Edunb, 1984.

LIMA, Luciana Leite. D'ASCENZ, Luciana. Políticas públicas, gestão urbana e desenvolvimento. Porto Alegre, Metamorfose, 2018.

LINDBLOM, Charles E. The science of "muddling through". Public administration review, p. 79-88, 1959.

LOWI, Theodore J. Four systems of policy, politics, and choice. Public administration review, v. 32, n. 4, p. 298-310, 1972.

MEDEIROS, Marcelo. Medidas de Desigualdade e Pobreza. Editora Unb. Brasília, 2012.

MELO, Clóvis Alberto Vieira de. Et al. A produção acadêmica sobre corrupção na Ciência Política brasileira: teorias, objetos e métodos. 42º Encontro Anual da ANPOCS, 2018.

MELO, Clóvis Alberto Vieira de; JUNIOR, Ronaldo Sales. Políticas públicas e o uso de indicadores no processo de agenda setting; Índice de Desenvolvimento da Educação Básica-IDEA, p. 31-65, EDUFMG, Campina Grande, 2013.

MENEGUELLI, Denise. SOUZA, Daniela Borges Lima de. Mensurável X Intangível: O desafio da mensuração dos resultados na Gestão do Conhecimento. Estação Científica Online, Juiz de Fora, n. 04, abr./mai. p. 1-18, 2007.

MILES, I. Social indicators for human development. New York, St. Martin's Press, 1985.

MINISTÉRIO DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO. Indicadores ORIENTAÇÕES BÁSICAS APLICADAS À GESTÃO PÚBLICA. Disponível em: [http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/indicadores\\_orientacoes\\_basicas\\_aplicadas\\_a\\_gestao\\_publica.pdf](http://www.gespublica.gov.br/sites/default/files/documentos/indicadores_orientacoes_basicas_aplicadas_a_gestao_publica.pdf). Acessado em 07/11/2020.

OBSERVATÓRIO REGIONAL BASE DE INDICADORES DE SUSTENTABILIDADE. Construção e Análise de Indicadores. Curitiba, 2010. 108 p.

OLIVEIRA, João Batista Araujo e. GOMES, Matheus. BARCELLOS, Thais. A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.28, n.108, p. 555-578, jul./set. 2020.

PALUDO, Augustinho Vincente. Administração pública. Elsevier, 2010.

PARAHOS, Ranulfo. FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto. ROCHA, Enivaldo Carvalho da. SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. MAIA, Romero Galvão. Construindo indicadores sociais: uma revisão da bibliografia especializada. Perspectivas, São Paulo, v. 44, p. 147-173, jul./dez. 2013.

PEREIRA, Orgs Luiz Carlos Bresser; SPINK, Peter Kevin. Reforma do Estado e administração pública gerencial. Editora FGV, 2015.

RAMOS, Marília Patta. SCHABBACH, Letícia Maria. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. *Rev. Adm. Pública* — Rio de Janeiro 46(5):1271-294, set./out. 2012.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do contrato social ou princípios do direito político*. Editora Companhia das Letras, 2011.

SAAD, Marina Guazzelli; BORTOLUZZO, Adriana Bruscato; MENEZES FILHO, Naercio Aquino and KOMATSU, Bruno Kawaoka. Os determinantes da queda da desigualdade de renda nas regiões brasileiras entre 2001 e 2015. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. 2020, vol.35, n.104.

SALVINI, Roberta Rodrigues. PONTES, Raquel Pereira. RODRIGUES, Cristiana Tristão. SILVA, Maria Micheliana da Costa. Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos Alunos da Educação Especial. *Estud. Econ.*, São Paulo, vol.49 n.3, p.539-568, jul.-set. 2019.

SAMPAIO, Patricia Alexandra da Silva Ribeiro. Conhecimento tecnológico dos professores de Matemática sobre quadros interativos segundo as políticas públicas de formação contínua. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.24, n.093, p. 845-865, out./dez. 2016.

SANROS, Ana Lucia Carvalho. BARROS, Lucas A. B. C. TAKEDA, Tony. GONZALEZ, Lauro. Efeitos de mudanças regulatórias no microcrédito no desempenho - nanceiro e social de cooperativas de crédito brasileiras. *R. Cont. Fin.* – USP, São Paulo, v. 30, n. 81, p. 338-351, set./dez. 2019.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais: contexto social e breve histórico. *Indicadores Econômicos FEE*, v. 20, n. 4, p. 245-255, 1993.

SANTAGADA, Salvatore. Indicadores sociais: uma primeira abordagem social e histórica. *Pensamento Plural*, n. 1, p. 113-142, 2007.

SCHRADER, Achim. *Métodos de pesquisa social empírica e indicadores sociais*, Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO. Indicadores de programas por que e como usar?. Disponível em: <http://www.fazenda.rj.gov.br/sefaz/content/conn/UCMServer/uuid/dDocName%3AWCC191378>. Acessado em 10/09/2020.

SEN, A. *Inequality reexamined*. Oxford: Oxford University Press, 1992.

SIMON, Herbert A. A Comment on" The Science of Public Administration". *Public Administration Review*, v. 7, n. 3, p. 200-203, 1947.

SIQUEIRA-BATISTA, R.; SCHRAMM, F. R. A saúde entre a iniquidade e a justiça: contribuições da igualdade complexa de Amartya Sen. *Ciência & Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, v. 10, n.1, p. 129-142, 2005.

SLIWANY, Regina Maria. *Estatística social: como medir a qualidade de vida*. Curitiba: Araucária Cultural, 1987.



SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45.

SVEIBY, K. E. A nova riqueza das organizações. 6. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

TUDE, João Martins. FERRO, Daniel. SANTANA, Fábio Pablo. Gestão de Políticas Públicas. 1. Ed. Curitiba, IESD BRASIL S/A. 2015, 136p.

## ANEXOS

<b>Título</b>	<b>Discursão</b>	<b>Autores</b>
Políticas Públicas, Avaliação de Impactos e o Direito Fundamental à Boa Administração	Pesquisa meramente teórica que busca através da doutrina enaltecer um modelo de avaliação eficaz das políticas públicas e, por meio deste, explicar como se dá uma boa administração.	Juarez Freitas
Monitoramento para avaliação do desempenho regulatório do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia	Através de uma pesquisa bibliográfica e documental, se avalia Implantação Assistida de Regulamentação Técnica (RT) e Programas de Avaliação da Conformidade. Busca responder e solucionar a ausência de uma sistemática para avaliação das regulações do Inmetro.	Danielle Assafin Vieira Souza Silva; Marcus Vinícius de Araujo Fonseca
Avaliação de políticas públicas de esporte: o caso do Plano Brasil Medalhas 2016	A pesquisa de cunho qualitativo busca analisar o Programa Plano Brasil Medalhas 2016, a partir dos ciclos para criação e aferição de uma política. Ou seja, sob a ótica da eficácia, eficiência e efetividade social. Para realizar a análise, foram utilizados documentos oficiais, legislação, Editais e normas que regulamentam as ações política e dados do Sistema Integrado de Administração Financeira (SIAFI). Para o tratamento de dados, se utilizou a análise de conteúdo.	Dirceu Santos Silva Bruno Modesto Silvestreb Junior Vagner Pereira da Silva
Mais Que Boas Intenções: Técnicas quantitativas e qualitativas na avaliação de impacto de políticas públicas	A pesquisa visa analisar os métodos de avaliação de uma política pública, descrevendo os meios quantitativos e qualitativos. Dentre os vários meios de avaliação, se utiliza a de impacto. Buscando responder nas diferentes técnicas que podem ser mobilizadas para responder às questões da avaliação. Isto é, o problema foi resolvido? O programa funcionou?. Para a análise de dados, se avaliou qualificação do impacto das políticas, com foco em técnicas de observação, entrevista em profundidade e grupos focais. Por fim, foi feita uma combinação entre ambos os tipos de avaliação.	Mariana Batista Amanda Domingos
Limites e possibilidades das Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço: percepções dos gestores	Por meio de uma pesquisa qualitativa, visa averiguar as dificuldades para implementação de Comissões Permanentes de Integração Ensino-Serviço, e como os gestores atuam para superar esses desafios. Foi realizada uma pesquisa de campo com 7 gestores de Cies em diferentes regiões do Brasil, por sorteio, e também, uma entrevista com o coordenador nacional da PNEPS/SUS. Para o tratamento dos dados, se utilizou a análise de conteúdo de Bardin.	Tania França, Soraya Almeida Belisário, Katia Rejane Medeiros, Isabela Cardoso de Matos Pinto, Ana Claudia Pinheiro Garcia.
A desvalorização cambial e a exportação de produtos	Através do método de avaliação de impacto, avalia analisa o comportamento de exportadores de madeiras e a	Amarildo Hersen, Vitor Afonso Hoeflich e Jandir

florestais madeireiros	desvalorização desse comércio. Desse modo, visa analisar como a aplicação da política cambial pode estar colaborando para essa degradação. Usa o método de avaliação de impacto da diferença em diferenças DD. O método de DD é baseado na estimativa de uma dupla subtração: a primeira se refere à diferença das médias da variável de resultado entre os períodos anterior e posterior ao programa, para o grupo de tratamento e para o de controle, e a segunda se refere à diferença da primeira diferença calculada entre esses dois grupos. O grupo de tratamento estão em uma tabela, são produtos extraídos da madeira, como, por exemplo, carvão.	Ferrera de Lima
Indicadores para avaliação de programas educacionais: desafios metodológicos	Com base na literatura, a pesquisa visa analisar como se dá a construção e aplicação de um indicador de avaliação de impacto na realidade fática. Como grupo de análise, utiliza o Programa Letra e Vida, que visa a formação qualificada de professores de ensino fundamental. Desse modo, debate o desafio de se estabelecerem indicadores capazes de sintetizar dimensões de Qualidade do objeto em análise. “Este artigo organiza-se em torno de dois propósitos. Busca sistematizar, com base em contribuições da literatura, elementos que integram a noção de indicador, atentando-se para a discussão de aspectos políticos e técnicos inerentes ao seu delineamento. Em seguida, registra como se lidou com o desafio de estabelecer indicadores para compor a avaliação de impacto de um programa educacional, qual seja o Programa Letra e Vida. Ressalta-se que o foco do artigo são as informações relativas à metodologia utilizada para avaliação do programa, não se registrando, em seu âmbito, os resultados obtidos na pesquisa.”	Adriana Bauer Sandra Zákia Sousa
Avaliação do Programa Bolsa Família (PBF) na segurança alimentar e nutricional das famílias beneficiadas, Vitória da Conquista, BA	Pesquisa buscou avaliar os impactos do Programa Bolsa Família no município de vitória da conquista-BA. Levanta debates sobre a utilização de programas sócias como um meio de combater as desigualdades sociais. Trata-se de um estudo transversal analítico realizado com famílias beneficiárias do PBF de Vitória da Conquista, BA, no período de setembro a dezembro de 2015. Foram aplicados 230 questionários.	André Souza Suzart Aldo Pacheco Ferreira
Avaliação do Impacto do Atendimento Educacional Especializado (AEE) sobre a Defasagem Escolar dos Alunos da Educação	A pesquisa busca analisar o impacto da política Atendimento Educacional Especializado através de uma pesquisa empírica.	Roberta Rodrigues Salvini Raquel Pereira Pontes Cristiana Tristão

Especial		Rodrigues Maria Micheliana da Costa Silva
Associação entre o grau de implantação da Rede Amamenta Brasil e indicadores de amamentação	A pesquisa analisa o impacto do Rede Amamenta Brasil no Estado do Amazonas. O foco central é averiguar a implementação desse programa através de indicadores do AM em crianças com menos de um ano de vida.	Sonia Isoyama Venancio Elsa Regina Justo Giugliani Osvaldinete Lopes de Oliveira Silva Juliana Stefanello Maria Helena D'Aquino Benicio 4 Márcia Cristina Guerreiro dos Reis Roberto Mario Silveira Issler Lilian Cordova do Espírito Santo Maria Regina Alves Cardoso Gabriela Sintra Rios
Atenção à saúde na síndrome demencial: qual será o impacto econômico dessa atenção no Brasil?	O artigo busca averiguar o impacto da síndrome demencial na economia do Brasil, defendendo a implementação de políticas públicas que norteiem esse tema.	Leyla Gomes Sancho
Medicamentos e pesquisa translacional: etapas, atores e políticas de saúde no contexto brasileiro	Através de uma revisão de literatura, a pesquisa busca analisar as etapas para implementação de políticas públicas e atos normativos na área da saúde.	Evandro de Oliveira Lupatini, Jorge Otávio Maia Barreto, Ivan Ricardo Zimmermann, Everton Nunes da Silva
Impactos socioeconômicos do Programa Nacional de Alimentação Escolar na agricultura familiar de Santa Catarina	O artigo busca analisar a avaliação de impacto do programa O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no estado de Santa Catarina. Por meio de uma pesquisa quantitativa, analisa essa avaliação de impacto e, por meio de uma pesquisa qualitativa, averigua as fragilidades e possíveis adequações desse programa.	Lilian de Pellegrini Elias, Walter Belik, Marcelo Pereira da Cunha e Joaquim Jose Martins Guilhoto
São os Arranjos Produtivos Locais apoiados capazes de afetar a renda dos municípios do estado do Rio Grande do Sul?	A pesquisa busca analisar o impacto no PIB per capita dos investimentos em Arranjos Produtivos Locais nos municípios do Rio Grande do Sul.	Diogo Sá Carvalho André Carraro Pery Francisco Shikida
Análise setorial do impacto da política dos APLs no Rio Grande do Sul	Em um lapso temporal de 2006 a 2014, foi averiguado o impacto do Arranjos Produtivos Locais nos municípios que tinham e os que não tinham a incidência de programa, para se averiguar as mudanças significativas.	André Carraro1 Suamy Savaris Linhares1
Impacto do Código de	O objetivo foi analisar o impacto do Código	Débora Regina de

Trânsito Brasileiro e da Lei Seca na mortalidade por acidentes de trânsito	de Trânsito Brasileiro (CTB) e da Lei Seca na mortalidade por acidentes de trânsito no Estado do Paraná, Brasil, no período de 1980 a 2014.	Oliveira Moura Abreu Eniuce Menezes de Souza Thais Aidar de Freitas Mathias
Implantação do Programa Mais Médicos no Espírito Santo, Brasil: modelo lógico e proposta de indicadores	Busca-se analisar o impacto do Programa Mais Médicos n estado do Espírito Santo. Primeiramente se averigua como foi criado esse programa e seus resultados em um lapso temporal de 2013 a 2016.	Tatiana Breder Emerich Aline Guio Cavaca Edson Theodoro dos Santos Neto Adauto Emmerich Oliveira Carlos Eduardo Siqueira
Programa de Aquisição da Produção da Agricultura no Papa/DF: inovação gerencial e tecnológica em sistemas familiares, 2009-20161	Busca-se analisar o impacto do Programa de Aquisição da Produção da Agricultura do Distrito Federal, averiguando a sua metodologia de aplicação e principais resultados	Luciane de Faria Neiva Martins Suzana Maria Valle Lima
Tematizar o impacto na educação pelo trabalho em saúde: abrir gavetas, enunciar perguntas, escrever	O artigo buscar analisar o impacto de políticas públicas na área da saúde, em específico, o Programa de Educação Pelo Trabalho Para Saúde. Não levando em consideração aspectos metodológicos, mas sim teóricos que norteiam essa temática.	Renata Castro Gusmão Ricardo Burg Ceccim Maria de Lourdes Drachler
Desenvolvimento de ferramenta para diagnóstico ambiental de lixões de resíduos sólidos urbanos no Brasil	A pesquisa estuda a importância de formulação de políticas públicas que visem amenizar os prejuízos causados pelo lixo em países em desenvolvimento, neste, em específico, o Brasil.	Naiara Francisca Ramos , Juliano Cunha Gomes , Armando Borges Castilhos Jr. , Rémy Gourdon
Análise de estudos e pesquisas sobre o sentido social do programa Universidade para Todos (PROUNI)	O estude analisa a incidência do Programa Universidade Para Todos, através de uma revisão de literatura analisar o sentido social para formulação desse programa.	Alípio Márcio Dias Casali a Maria José Viana Marinho de Mattos
Trabalho e autonomia do coordenador pedagógico no contexto das políticas públicas educacionais implementadas no Estado de Goiás	Averigua a capacidade da gerência de políticas públicas no estado de Goiás, em específico as políticas de educacionais, para isso faz um levantamento dessas políticas no estado e revela os principais princípios administrativos na análise destas políticas.	Luís Gustavo Alexandre da Silva a César Luis Sampaio
Educação Integral no Brasil: potencialidades e limites em produções acadêmicas sobre análise de experiências	A ideia central é analisar publicações que versem sobre a educação integral no Brasil. O intuito para tal pesquisa, é visualizar se houve impactos positivos com essa implementação da educação brasileira.	Marisa Irene Siqueira Castanho a Silvana Gomes Mancini
O Pisa e o custo da repetência no Fundeb	Através do censo escolar, buscar visualizar o impacto econômico da Fundeb no Brasil quantificando o custo-aluno do programa.	João Galvão Bacchetto

Conhecimento tecnológico dos professores de Matemática sobre quadros interativos segundo as políticas públicas de formação contínua	O Plano Tecnológico da Educação foi o maior programa de modernização tecnológica das escolas portuguesas e era composto por três eixos: Tecnologia, Conteúdos e Formação. Apresenta-se um estudo sobre o impacto destas políticas públicas nas práticas dos docentes sobre o uso de quadros interativos (QI).	Patricia Alexandra da Silva Ribeiro Sampaio
A Covid-19 e a volta às aulas: ouvindo as evidências	Paralisadas pelo pânico decorrente da pandemia provocada pela Covid-19, o fechamento das escolas trará consequências para a aprendizagem dos alunos. Este artigo examina situações de paralisação, uso do tempo e impacto de tecnologias no desempenho escolar. O exame das evidências sugere como pouco promissoras as estratégias de aumento intensivo de tempo ou recurso a tecnologias.	João Batista Araujo Oliveira Matheus Gomes Thais Barcellos
África, Brasil e as transformações no ENEM: a Lei no 10.639/2003	A pesquisa analisar a questão da cotas para pessoas negras no Brasil a partir do Exame Nacional do Ensino Médio. Em específico, o impacto da Lei no 10.639/2003 neste cenário educacional. Foi levantado também, questões envolvendo a avaliação de políticas públicas em temáticas educacionais.	Alvaro de Oliveira Senraa Márcio de Araújo Moreiraa Celiana Maria dos Santosb
Conselho Estadual de Educação do Rio de Janeiro: heranças, marcos legais e limites políticos de um órgão do Estado	O artigo analisa o impacto efetuado pelo Conselho Estadual de Educação no Rio de Janeiro, incluindo fatos desde sua criação até os dias atuais.	Maria Celi Chaves Vasconcelos Nival Nunes Almeida Leonardo Ferreira Peixoto
A eficácia dos programas de educação compensatória nos resultados escolares: análise do programa nacional português de educação compensatória ao longo de 13 anos	Acompanhando o ano letivo dos alunos, pesquisa analisa o impacto da política educativa portuguesa por discriminação positivas, entre os seguintes anos letivos: 2001/2002 e 2014/2015.	Hélder Ferraz Tiago Neves Gil Nata
Uso de indicadores para diagnóstico situacional de Instituições de Ensino Superior	Por meio de um embate teórico, o artigo analisa como são usados os indicadores para se avaliar as instituições superiores. A pesquisa utiliza um lapso temporal de 4 anos (2011 a 2015).	Wagner Bandeira Andriola Adriana Castro Araújo
Autoavaliação das escolas: o caso do grupo disciplinar de Biologia/Geologia	O artigo buscar analisar como se o processo de autoavaliação de impacto de prestação de serviços, em específicos, os ligados a educação. Como finco de análise teve às práticas docentes do grupo disciplinar de Biologia/Geologia em escolas públicas.	Maria João de Carvalho Helena Correia
Reflexões sobre o impacto da política pública do Pnaic na formação continuada das professoras	Por meio de uma pesquisa qualitativa e como tratamento de dados, a análise de conteúdo, a pesquisa busca analisar o impacto na educação do município de Lages, a política pública Pacto Nacional	Neusa Maria Arndt Weinrich Araujo Schneider Maria Selma Grosch

alfabetizadoras de Lages-SC	pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic),	Jaime Farias Dresch
Uma boa gestão melhora o desempenho da escola, mas o que sabemos acerca do efeito da complexidade da gestão nessa relação?*	Por meio de uma pesquisa descritiva, averigua o impacto do estreito da relação entre a gestão escolar e o desempenho da Prova-Brasil em alunos do 9º ano do ensino fundamental.	Beatriz Christo Gobbi Adonai José Lacruz Bruno Luiz Américo Hélio Zanquette Filho
Inserção Social: em busca de sentidos e de indicadores para a avaliação da pós-graduação na área da Educação	O artigo problematiza a questão da inserção social em programas de pós-graduação do Brasil (mestrado e doutorado), para a análise, utiliza 168 programas coletado pela plataforma sucupira entre os anos de 2013 a 2016.	Carlos Eduardo Ferraço Isabel Maria Sabino de Farias
Formação de empreendedor social e a educação formal e não formal: um estudo a partir de narrativas de história de vida	Por meio de uma pesquisa qualitativa, buscou analisar o impacto capacidade de mudança e produção de benefícios para a sociedade que as pessoas que empreendem e fundam projetos sociais oferecem.	Lucimar da Silva Itelvino Priscila Rezende da Costa Maria da Glória Gohn Claudio Ramacciotti
Ensinoaprendizagem de Gênero e Sexualidade em um Curso de Medicina no Brasil: promovendo o Cuidado Integral em Saúde e os Direitos Humanos	A pesquisa analisa a aplicação de políticas públicas que versam sobre os cursos na área da saúde, e como é tratado o tema de gênero nesse eixo. Utiliza-se assim, um método de análise descritiva.	Gustavo Antonio Raimondi Danilo Borges Paulino Wallisen Tadashi Hattori Vilson Limirio Júnior Vivian Martins de Oliveira Lima e Silva Sergio Zaidhaft
Crescimento da atividade científica nas universidades federais brasileiras: análise por áreas temáticas	Em um lapso temporal de 2004 a 2012, busca analisar o impacto de políticas públicas no incentivo a pesquisa em programas de mestrados e doutorados. A pesquisa focaliza a importância da produção científica para sociedade brasileira.	Cláudia Daniele de Souza Daniela De Filippo Elías Sanz Casado
Avaliação de Políticas Públicas para a Educação Superior: o caso do Programa Universidade para Todos (PROUNI)	O artigo fomenta a importância das políticas públicas de apoio a educação brasileira. Como foco de análise, se utiliza o Programa Universidade Para Todos, visando demonstrar as principais diferenças entre os alunos usuários e os não usuários desse programa. O foco é realizar a valoração do programa.	Wagner Bandeira Andriola José Liberato Barrozo Filho
Avaliação de impacto de políticas públicas: o estudo de caso do PIBIC/ICMBio no Brasil	Por meio de uma pesquisa documental, é demonstrado a importância da teorização acerca da temática da avaliação de políticas públicas. Como delimitação de análise, foi utilizado o programa do PIBIC.	Helois de Camargo Tozato Fernanda de Araújo Bezerra Elizabeth Maria Maia de Albuquerque Martins Ana Elisa de

		Faria Bacellar Ivan Salzo Rodrigo Silva Pinto Jorge Katia Torres Ribeiro
Os sistemas de avaliação em larga escala e seus resultados: o Pisa e suas possíveis implicações para o ensino de ciências	Para averiguar a qualidade do ensino em ciência, o artigo faz um levantamento de período para se averiguar como está sendo tratado a avaliação em larga escala e como esse tipo de avaliação impacta no sistema educacional.	Mariana Vaitiekunas Pizarro Jair Lopes Junior
Narrativas e sentidos do Programa de Volta para Casa: voltamos, e daí?	O artigo averigua através de narrativas, o impacto do Programa de Volta para Casa, enfatizando a importância da avaliação de impacto de políticas públicas e fazendo uma crítica as atuais desigualdades sociais que não são amenizadas por meio de ações governamentais.	Enrique Bessonia Adélia Capistrano Gabriela Silva Jana Koosah Karine Cruz Marcela Lucena
Programa Nacional de Imunização: Sistema Informatizado como opção a novos desafios	Enfatiza o fato do Programa Nacional de Imunização ser comparado a vários programas de países desenvolvidos. No entanto, levando consideração toda a extensão do território brasileiro e a precarização de muitos de seus programas, por vezes pode acarretar o monitoramento das ações governamentais. É nesse prisma em que a pesquisa busca analisar o desempenho desse programa.	Ana Paula Sayuri Sato
Organizações de avaliação de tecnologias em saúde (ATS): dimensões do arcabouço institucional e político	O artigo busca averiguar algumas organizações de avaliação de tecnologias em saúde para averiguar o seu impacto. Analisando dentre muitos aspectos, o processo de avaliação dessas ATS.	Hillegonda Maria Dutilh Novaes Patrícia Coelho de Soárez
Efeitos de mudanças regulatórias no microcrédito no desempenho financeiro e social de cooperativas de crédito brasileiras	O foco central do artigo é analisar o impacto Programa Nacional de Microcrédito, em específico, a forma como atinge cooperativas de microcréditos. Desse modo, busca averiguar como as ações governamentais podem impactar nas diversas instituições sociais.	Ana Lucia Carvalho Santos Lucas A. B. C. Barros Tony Takeda Lauro Gonzalez

Plataforma SciELO, 2015-2020.